Ex-ministro teve tempo de limpar a cena

Bolsonaro vazou a Ribeiro que ele seria preso por corrupção

A PF foi obstruída. Juiz tem 'indicativos cabais' do esquema de propina

Ele [Bolsonaro] "acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa", diz o ex-ministro para a filha. Ela alerta: "estou falando de um celular normal" [não criptografado]. "Ah, é? Então depois a gente se fala, tá?", diz Ribeiro. O áudio, autorizado pela Justiça, de um telefonema entre o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, e sua filha, agravou ainda mais a crise sobre o esquema de propina no MEC, e colocou Bolsonaro agindo diretamente para acoberta a corrupção e passando informação sigilosa para o réu. Cresce a pressão no Senado por uma CPI sobre o caso. **Pág. 3**

Reprodução

O assunto ganhou as ruas. Na foto, cartaz colado na avenida Paulista, região central da capital do Estado de SP

HORA DO POVO
ANO XXXII - Nº 3.862 29 de Junho a 5 de Julho de 2022

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Pela 1ª vez na história, diesel fica mais caro que a gasolina

O governo deu mais uma punhalada nos caminhoneiros ao autorizar o aumento dos combustíveis. Pela primeira vez na história, o preço do diesel superou o preço da gasolina, e atingiu o maior valor nominal desde o início da atual série histórica, em 2004, segundo dados da ANP. No último dia 17, o diesel teve um aumento quase três vezes maior do que a gasolina. **Pág. 2**

Lula defende mais salário, fim da fome e reconquista da nossa soberania

"Boa noite. Nós temos a tarefa de reconstruir o Brasil. Precisamos acabar com a fome outra vez, aumentar o salário mínimo e reconquistar nossa soberania, afirmou o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais. Lula recolhe sugestões para seu programa de governo. **P. 3**

Ciro: "Ação de ministro contra mim é ordem de Bolsonaro"

Para pré-candidato à Presidência, Ciro Gomes (PDT), a notícia-crime apresentada pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas contra ele explicitam "o grau de politização do atual comando". **Pág. 3**

AFP

Em meio ao debate de seu impeachment no Congresso, presidente Lasso recua e revoga estado de exceção

Levante no Equador faz governo reduzir preço dos combustíveis

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, tentou uma manobra para se manter no poder, no domingo (26), ao revogar o estado de exceção que havia imposto nas seis províncias do país e anunciar a redução dos preços dos combustíveis, conforme reivindicam os manifestantes que paralisam o país desde o dia 13 de junho. O Equador está conflagrado contra a carestia, em um país que sofre com a economia dolarizada. **Página 6**

Velórios de Dom e Bruno Pereira exigem justiça

Os corpos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips foram velados por familiares, amigos e lideranças indígenas em meio à comoção e protestos por justiça. Eles foram assassinados em emboscada na região do Vale do Javari (AM), onde defendiam as terras indígenas da ação de milícias encorajadas pelo desmonte de órgãos federais de fiscalização, como Funai, Ibama etc. **Pág. 4**

Fome cresce 400% no RJ desde 2018

Pesquisa produzida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) mostra que 2,5 milhões de pessoas passam fome no Rio de Janeiro, o que corresponde a 15,9% da população do Estado. **Pág. 4**

Milhares marcham em Madri contra bases da OTAN

Pág. 6

Preço do diesel ultrapassa o da gasolina e bate recorde

Foto: Ministério da Economia

Caio de Andrade, ex-assessor de Guedes

Petroleiros entram com representação contra nome desqualificado de Bolsonaro na Petrobrás

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás (Anapetro) entrou nesta segunda-feira (27) com uma representação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra a nomeação de Caio Paes de Andrade à presidência da companhia.

Indicado por Bolsonaro, Paes de Andrade foi eleito para a presidência da estatal pelo Conselho de Administração, por sete votos a favor e três votos contrários. A reunião do colegiado aconteceu na manhã de hoje.

Na representação, a Anapetro – que reúne petroleiros que são acionistas da companhia – afirma que Andrade não tem qualificação para ocupar o cargo de presidente da Petrobrás por não possuir notório conhecimento na área e não ter experiência no setor de petróleo e energia.

Ao apontar "eventuais atos lesivos ao patrimônio da empresa Petrobrás e aos interesses de seus acionistas", a associação sustenta que a decisão sobre Caio Paes de Andrade não deveria ser tomada pelo Conselho de Administração, mas pela assembleia de acionistas, e pede ainda que a CVM análise a eventual ilegalidade da nomeação e que sejam adotadas medidas cautelares.

"Pelas razões de compliance da Companhia, além do disposto na Lei das Sociedades Anônimas, Lei das Estatais e ordenamento da CVM, o Sr. Caio de Andrade não pode tomar posse como presidente da Petrobrás, por não possuir requisitos legais para tal e, consequentemente, apresentar risco à Companhia e a seus acionistas minoritários", afirma a Anapetro no documento.

Paes de Andrade é formado em Comunicação Social e em Administração. Foi presidente da Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) até agosto de 2020, quando assumiu a Secretaria de Desburocratização do Ministério da Economia – uma pasta criada para desmontar o patrimônio público, isto é: propor e acelerar privatizações. O mais próximo de atuação no setor de petróleo e energia foi a sua participação de um ano e meio no conselho da PPSA, estatal brasileira que administra exploração de petróleo.

A Anapetro destaca que o currículo de Paes de Andrade não cumpre pelo menos dois requisitos elegidos pela art.17 da Lei das Estatais de 2016. Ter experiência profissional de, no mínimo: I – 10 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou II – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

A associação adverte que "este fato poderá ensejar a realização de ações por meio de acionistas minoritários, gerar instabilidade e oscilação indesejada no mercado de capitais da Companhia. Seriam estes elementos: experiência profissional e formação acadêmica", disse a entidade no documento.

A Anapetro também citou o voto vencido do presidente do Comitê de Elegibilidade (Celeg) da Petrobrás, o conselheiro Francisco Petros. No seu voto, Petros diz não ter encontrado, nos documentos disponibilizados. "[…] respaldo que me permita formar uma convicção favorável ao candidato. De fato, os considero inconclusivos e deixam aos órgãos de governança a decisão, sem uma opinião que balize tal processo decisório", declarou Francisco Petros ao destacar a recusa de Paes de Andrade em prestar esclarecimentos ao Celeg sobre a incompatibilidade de seu currículo com as funções para as quais foi designado pelo governo.

"Surpreendentemente, à luz de todas as inquietações que se verifica em relação ao momento da Petrobrás e do país, não tivemos a oportunidade de ter contato com o candidato e as respostas às indagações escritas feitas por este comitê, constantes na ata, são irrisórias e irrelevantes para a formação da nossa opinião. Adicionalmente, por fim, ressalto que, na inexistência de convicção em relação à capacidade técnica do candidato, de minha parte, creio que se torna ainda mais recomendável que a eleição do candidato seja feita em sede de Assembleia de Acionistas. Afinal de contas, ao tomar para si esta decisão, sem a devida convicção sobre o tema, o conselheiro, mesmo que momentaneamente, supre a instância de eleição do candidato e assume uma responsabilidade que seria, em princípio, dos acionistas. Já a eleição pela Assembleia de Acionistas expõe a natureza da decisão sobre o candidato: o exercício do poder de controle, com seus riscos e benefícios", concluiu Petros, em seu voto.

Foto: Reprodução Internet

Estelionato eleitoral: Bolsonaro prometeu reduzir preços dos combustíveis

Pela primeira vez na história, preço do diesel superou o da gasolina e atingiu o maior valor nominal desde 2004, segundo ANP

Os preços do diesel e da gasolina explodiram nos postos esta semana e bateram recorde, após os últimos aumentos autorizados pelo governo nas refinarias da Petrobrás.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgados nesta sexta-feira (24), o litro do diesel – que teve alta na refinaria de 14,26% em 17 de junho – ficou mais caro do que o da gasolina pela primeira vez desde 2004. O valor médio do litro do diesel passou de R$ 6,906 para R$ 7,568, um aumento de 9,6%. O maior valor encontrado foi de R$ 8,950 o litro do diesel no município de Cruzeiro do Sul (AC).

Já o preço médio do litro da gasolina – que aumentou 5,18% nas refinarias – avançou de R$ 7,232 para R$ 7,39, uma alta de 2,2%. Na cidade de São Paulo, atingiu o maior valor: R$ 8,890.

São os maiores valores nominais pagos pelos consumidores para a gasolina e o diesel desde 2004, quando a agência passou a fazer levantamento semanal de preços.

Enquanto Bolsonaro troca pela quarta vez o presidente da Petrobrás, encenando combater os preços elevados dos combustíveis, os aumentos não param fazendo explodir a carestia. Assim como tenta culpar os governadores, penalizando os serviços públicos ao povo e tirando recursos do ICMS dos estados e municípios.

O ICMS está congelado desde novembro do ano passado e os preços continuaram subindo. Apenas em 2022, o preço do diesel nas refinarias da Petrobras acumula alta de 68% e o da gasolina é de 31%.

Pura encenação: muda presidente da Petrobrás, mas não mexe nos preços dolarizados.

Prévia da inflação acelera em junho com alta generalizada nos produtos e serviços

O IPCA-15 foi de 0,69% e acumula alta de 12,04%. Maior influência na taxa foi plano de saúde, que teve aumento de 15,5% autorizado pelo governo Bolsonaro

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da inflação oficial, registrou avanço de 0,69% em junho, acima da taxa de 0,59% observada em maio, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o indicador acumula alta de 12,04%.

De acordo com o IBGE, todos os grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta em junho. Os maiores impactos para o mês vieram dos grupos Saúde e cuidados pessoais, que apresentaram altas de 1,27% e 0,84%, respectivamente.

Em Saúde e cuidados pessoais, o item que mais pesou no mês foi plano de saúde, que subiu 2,99% e representou 0,10 ponto percentual do IPCA-15 de junho. Em 26 de maio, o governo Bolsonaro, por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autorizou aumento de até 15,50% nos planos de saúde individuais e familiares, com vigência a partir de maio de 2022 e cujo ciclo se encerra em abril de 2023. Esse foi o maior reajuste da série histórica iniciada em 2000. Neste grupo, ainda, influenciou também a alta de 1,38% nos produtos farmacêuticos, com impacto de 0,05 p.p. no índice do mês.

O grupo Transportes teve o maior impacto (0,19 p.p.) no índice geral, apesar da desaceleração da taxa do grupo que ocorreu em função da queda de 0,55% nos preços dos combustíveis, que haviam subido 2,05% em maio. Neste período, o óleo diesel apresentou alta de 2,83%, enquanto o preço do etanol recuou 4,41% e da gasolina caiu 0,27% no período. A coleta de preços para o cálculo do IPCA-15 se deu entre os dias 14 de maio e 13 de junho, ou seja, antes dos últimos aumentos nos preços da gasolina (5,18%) e diesel (14,26%) anunciados pela Petrobrás, com o aval do governo, e em vigor desde 18 de junho para as refinarias da estatal.

No entanto, com o governo seguindo a prática de atrelar os preços internos dos combustíveis à cotação do dólar e aos preços do barril de petróleo no mercado internacional, em doze meses, o preço do óleo diesel acumula alta de 51,04% para os consumidores. A gasolina e o etanol subiram 27,36% e 21,21%, respectivamente, no mesmo intervalo de tempo.

No geral, os preços dos combustíveis avançaram 27,44% nos doze meses até junho, pelo IPCA-15. Quando os preços internos dos combustíveis sobem acompanhando as práticas do mercado internacional – leia-se especulações das commodities pelo capital estrangerio -, os alimentos e demais serviços no Brasil que dependem do transporte ficam mais caros para os brasileiros que recebem em real.

Com mais esse choque de alta nos preços dos combustíveis, a inflação já generalizada dos preços deve disparar ainda mais no próximo período, prejudicando a população, principalmente a mais carente deste país, que já se encontra em dificuldades em meio ao alto desemprego e a queda vertiginosa da renda. São 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer diariamente no Brasil, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). Em 2018, a população em situação de fome era de 10,3 milhões. Ao todo, o Brasil registra 125 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar.

Resultados de junho para cada um dos grupos de produtos e serviços: Alimentação e bebidas: 0,25%; Habitação: 0,66%; Artigos de residência: 0,94%; Vestuário: 1,77%; Transportes: 0,84%; Saúde e cuidados pessoais: 1,27%; Despesas pessoais: 0,54%; Educação: 0,07% e Comunicação: 0,36%

Bolsonaro, em vez de zerar, dobra a fila de espera do Auxílio Brasil para 2,78 milhões de brasileiros

Bolsonaro ao invés de zerar a fila do Auxílio Brasil, conforme prometeu, mais do que dobrou em apenas um mês o número de famílias que estão à espera do auxílio. São 2,78 milhões de famílias. Isso significa que cerca de 5,3 milhões de brasileiros aguardam na fila da fome enquanto a promessa de serem contemplados pelo programa, lançado pelo governo em substituição ao Bolsa Família, não chega.

Este número, que expõe o descaso do governo no âmbito da assistência social e combate à fome, vem de um mapeamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgado na segunda-feira (20). A entidade acessa os números porque o cadastramento de famílias elegíveis para a rede de proteção social é realizado em âmbito local, através do Cras (Centro de Referência em Assistência Social) dos municípios.

Enquanto isso, o Ministério da Cidadania do governo federal continua escondendo os números oficiais, tendo chegado a dizer no início do ano que a fila do programa estava "zerada".

De acordo com a CNM, em abril 2,78 milhões de famílias com o perfil para o programa ainda não haviam sido contempladas. A chamada "demanda reprimida" teve um salto de 113% em relação a março – quando o número de famílias à espera era de 1,3 milhões de famílias, segundo o mapeamento. Ou seja, de um mês para o outro, o número de famílias vivendo em condições de pobreza e que deveriam estar recebendo alguma proteção social do governo aumentou em 1,4 milhões de famílias.

A divulgação dos dados faz parte do esforço das prefeituras de alertar para a necessidade de reforçar o programa em uma situação de aumento exponencial da fome no Brasil.

No início do mês, a divulgação do 2.º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar mostrou que a fome no país voltou a patamares registrados na década de 90: em 2022, o número de pessoas vivendo sem ter o que comer alcançou 33,1 milhões. Uma explosão no governo Bolsonaro. Em 2018, eram 10 milhões o número de brasileiros nessa situação.

Com a economia estagnada, o desemprego atingindo milhões de brasileiros, a inflação corroendo as rendas e atingindo sobretudo os alimentos, o Auxílio Brasil de Bolsonaro não atende às necessidades da população mais carente. A previsão orçamentária de R$ 89 bilhões para o programa, segundo a CNM, não é suficiente para zerar a fila de famintos – já que mais de 30% dos recursos foram gastos apenas nos três primeiros meses do ano.

Governo aumenta em até 64% cobrança extra na conta de luz

Bandeira verde só até as eleições, promete "mito"

"Privatiza que melhora? Só se for pra eles!" manifestou-se o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), após o anúncio pelo governo Bolsonaro do aumento em até 64% nas bandeiras tarifárias a partir do próximo mês.

"Menos de um mês após privatizar a Eletrobras o que aconteceu?! A conta de energia AUMENTOU em até 64%! Bolsonaro sempre contra o povo brasileiro e a favor do seu cercadinho pessoal, sugadores do povo!", denunciou no Twitter o líder da Oposição no Senado e membro da coordenação da campanha de Lula.

Após o governo arrancar o couro dos consumidores na cobrança da "tarifa de escassez hídrica", que vigorou de setembro de 2021 a 15 de abril deste ano, culpando São Pedro por seu descaso com a geração e distribuição de energia elétrica à população brasileira, cortando investimentos e desmontando o sistema nacional integrado capitaneado pela Eletrobrás, que culminou com a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira (21) um aumento no valor da bandeira vermelha patamar 1 de 63,7%. A bandeira amarela vai subir 59,5% e a vermelha patamar 2 aumentará 3,2%.

A bandeira verde seguirá sem cobrança e, se depender do atual governo, só até as eleições.

Os novos valores que entram em vigor em 1º de julho e serão válidos até meados de 2023, são os seguintes:

Bandeira verde: sem cobrança adicional;

Bandeira amarela: de R$ 1,874 para R$ 2,989 a cada 100 kWh consumidos (+ 59,5%);

Bandeira vermelha patamar 1: de R$ 3,971 para R$ 6,500 a cada 100 kWh consumidos (+ 63,7%);

Bandeira vermelha patamar 2: de R$ 9,492 para R$ 9,795 a cada 100 kWh consumidos (+3,2%).

No final de 2020, em plena pandemia, Bolsonaro além de sabotar a vacinação, mandar o povo trocar feijão por fuzil, apelou também para a população acender uma vela. "O apelo que eu faço a você é: apague uma luz em casa agora. Se for possível, ligue o ar-condicionado mais tarde, desligue mais cedo, não bote naquela temperatura máxima. Eu sei que é bacana dormir com 12, 15 graus, mas passa pra 18, 19 graus, ajuda a gente", disse Bolsonaro, ao defender a bandeira vermelha.

Raposa no galinheiro: Planalto entrega a fiscalizacão do agronegócio ao agronegócio

O projeto de lei que retira do Estado a responsabilidade de fiscalização sanitária do agronegócio e permite que tal atividade seja feita pela iniciativa privada foi aprovado no Senado na quinta-feira (23). A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, com o apoio da base governista, o projeto de lei chamado "boiadinha" por parlamentares e ambientalistas, em caráter terminativo, o que significa que não passará pelo Plenário da Casa ou por outra comissões. O projeto já passou pela Câmara dos Deputados.

O texto determina que empresas, como frigoríficos e indústrias de processamento animal, criem programas de autofiscalização, contratando profissionais próprios ou terceirizados.

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA), o projeto impacta a produção de qualquer tipo de alimento, tirando do governo a responsabilidade de fiscalizar a saúde pública, e pode diminuir a segurança dos animais contra maus-tratos. Em comunicado, a entidade critica o fato de que serão as próprias empresas que ficarão responsáveis por supervisionar o cumprimento das normas sanitárias e reportar possíveis falhas ao Ministério da Agricultura.

"Estamos falando de hormônios, de antimicrobianos, de antiparasitários que deixam resíduos nas carnes, ovos, leite e outros alimentos que consumimos. É uma porta aberta para a terceirização de nossas atividades. É no mínimo um avanço sobre as competências das carreiras que compõem o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), para não falar em usurpação", afirmou Janus Pablo, presidente do ANFFA.

O PL 1.293/2021 é de autoria do governo Bolsonaro. O relator Luis Carlos Heinze (PP-RS) alegou dificuldades financeiras para exercer a fiscalização.

Sendo a iniciativa da lei de Bolsonaro, que não quer fiscalizar nada, impossível não pensar que sua pretensão é agradar empresas do setor que desejem burlar a fiscalização. É notório que Jair Bolsonaro atua para favorecer madeireiros, garimpeiros, pescadores ilegais, enfim, as práticas a favor do ilícito, de um Estado mínimo, claudicante e ineficiente.

A decisão "terminativa" é um recurso quando uma comissão, no caso do Senado, aprova qualquer projeto e o mesmo segue direto para sanção presidencial, sem necessidade de ser submetido ao plenário da Casa. Não há um devido esclarecimento sobre o uso desse expediente. Não é algo que tenha caráter urgente e a pauta do Senado não está travada. Há precedentes de uso da decisão com força terminativa para "passar a boiada", atropelando a real vontade do parlamento.

Ainda podem ser apresentados requerimentos para que o projeto seja remetido ao plenário. Isso precisa acontecer nos próximos cinco dias e com, no mínimo, o apoio de dez senadores. Caso contrário, o projeto segue para sanção da Presidência e, acontecendo isso, a chance da "boiadinha" passar é muito grande.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Ricardo Stuckert

"É preciso reconstruir o Brasil", defendeu

Lula: "é preciso elevar o salário mínimo, acabar com a fome e reconquistar nossa soberania"

O ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que é preciso reconstruir o Brasil, aumentar o salário mínimo e acabar com a fome.

"Boa noite. Nós temos a tarefa de reconstruir o Brasil. Precisamos acabar com a fome outra vez, aumentar o salário mínimo e reconquistar nossa soberania. E vamos fazer isso ouvindo a sociedade. Não deixe de enviar sua sugestão na plataforma", escreveu nas redes sociais, referindo-se à sua plataforma do programa de governo lançada nesta semana.

Ele ainda destacou que "com a péssima gestão econômica de Bolsonaro, "fome" e "carestia", infelizmente, voltaram pro vocabulário do brasileiro". "Nosso povo não merece essas expressões antes ultrapassadas, que as palavras do futuro sejam fruto da esperança", completou.

Dados da Rede Penssan mostram que 33,1 milhões de brasileiros estão passando fome no país sob o governo Bolsonaro. No primeiro levantamento, divulgado em abril de 2021, a Rede Penssan apontou que o número de brasileiros que não tinham o que comer era de 19 milhões. Ou seja, de um ano para o outro, o desastre na economia do país colocou mais 23 milhões sem ter como se alimentar.

Um contingente de 125,2 milhões de brasileiros está em insegurança alimentar, quando há preocupação e incerteza sobre o acesso aos alimentos.

"O Brasil está precisando de carinho. De um governo que cuide do povo pobre, do povo trabalhador, de quem vive à beira dos igarapés, da população indígena, dos ribeirinhos. Nosso país vai voltar a ser feliz porque vamos fazer isso, vamos tratar com decência o povo", continuou.

Lula ainda defendeu fortes investimentos na educação.

"Como foi possível criarmos 19 novas universidades e 173 campus universitários? Sair de 140 para mais de 500 escolas técnicas? Isso aconteceu com valorização e investimentos na educação, investimentos no futuro do nosso país", completou o ex-presidente.

A declaração de Lula acontece no momento em que o Ministério da Educação está no centro de denúncias de corrupção envolvendo o ex-ministro da pasta, Milton Ribeiro, e pastores ligados a Bolsonaro, que pediam propina em troca de liberação de verbas para prefeituras. Ao mesmo tempo, a qualidade do ensino cai vertiginosamente, com cortes violentos nas verbas do setor.

O governo anunciou o corte de R$1,6 bilhão da verba para despesas de custeio e investimento no orçamento para 2022 das universidades federais.

Escândalo: Bolsonaro alertou Ribeiro sobre operação da PF

Reprodução

"Aúdio reforça necessidade urgente de CPI", afirma senador Alessandro Vieira

Jair tentou afastar delegado para acobertar Milton Ribeiro e demais criminosos do MEC

O escândalo da cobrança de propina no MEC por pastores ligados a Bolsonaro está colocando o Planalto cada vez mais no centro da crise. Além do telefonema do ex-ministro Milton Ribeiro para a filha, onde ele diz que Bolsonaro havia ligado, no dia 9 de junho, alertando-o sobre a operação da PF que ocorreria alguns dias depois, agora vem a público que a cúpula do órgão também tentou transferir o delegado responsável pela investigação do caso.

Segundo a coluna do jornalista Rodrigo Rangel, do Metrópoles, a transferência estava nos planos da direção da corporação até a última quinta-feira (23), um dia após a operação Acesso Pago, que prendeu o ex-ministro e pastores que intermediaram verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mediante o recebimento de propinas, ter sido deflagrada. A cúpula da PF cogitou transferir o delegado Bruno Calandrini do setor de inquéritos especiais para a Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos

O delegado Bruno Callandrini, responsável pelas investigações sobre os esquemas de corrupção no Ministério da Educação, denunciou que estaria havendo interferências de superiores para "obstaculizar" a apuração dos crimes. Ele acrescentou que o ex-ministro Milton Ribeiro recebeu "honrarias não existentes na lei" quando esteve preso. Segundo o delegado, "a investigação envolvendo corrupção no MEC foi prejudicada em razão do tratamento diferenciado concedido pela PF ao investigado Milton Ribeiro".

Na sexta-feira (24), o Ministério Público Federal corroborou as afirmações do delegado e viu indícios de que Jair Bolsonaro pode ter interferido na investigação. A parte do inquérito sobre este caso foi enviado para o Supremo Tribunal Federal (STF) em função do foro privilegiado do atual ocupante do Palácio do Planalto. O caso volta então para as mãos da ministra Cármen Lúcia que enviou o caso para a primeira instância depois que o ministro pediu exoneração do cargo.

O telefonema de Bolsonaro para o ex-ministro ocorreu no dia 9 de junho. Nesta data ele estava em Los Angeles participando da fracassada Cúpula das Américas. Estava junto dele nesta agenda o ministro da Justiça, Anderson Torres, a quem a direção da Polícia Federal está subordinada.

A chance de que tenha sido o ministro a vazar a operação é tão grande que ele se antecipou e jurou que não foi ele que passou a informação privilegiada a Bolsonaro. "Diante de tanta especulação sobre minha viagem com o Presidente Bolsonaro para os EUA, asseguro categoricamente que, em momento algum, tratamos de operações da PF. Absolutamente nada disso foi pauta de qualquer conversa nossa, na referida viagem", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, em tuíte.

Os demais integrantes da comitiva de Bolsonaro não parecem mais ligados ao caso do que Anderson Torres. Estavam na comitiva o chanceler Carlos França, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga e o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, além do secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha. Qual destes poderia estar mais a par da deflagração da Operação do que Anderson Torres?

"Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão… em casa", diz o ex-ministro para a filha. Ela avisa: "estou falando de um celular normal". "Ah, é? Então depois a gente se fala, tá?", diz Ribeiro

O áudio, autorizado pela Justiça, de um telefonema entre o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, e sua filha, e com outras pessoas, onde ele diz a ela que Bolsonaro o avisou da operação de busca e apreensão na investigação do esquema de propina no MEC, agravou ainda mais a crise e levou a oposição a intensificar os esforços para a abertura de uma CPI para investigar o caso.

Conversa com uma pessoa identificada como Waldomiro:

MILTON RIBEIRO: Tudo caminhando, tudo caminhando. Agora… tem que aguardar né…. alguns assuntos tão sendo resolvidos pela misericórdia divina né…negócio da arma, resolveu… aquele… aquela mentira que eles falavam…que os ônibus estavam superfaturados no FNDE… pra… (ininteligível) também… agora vai faltar o assunto dos pastores, né? Mas eu acho assim, que o assunto dos pastores… é uma coisa que eu tenho receio um pouco é de… o processo… fazer aquele negócio de busca e apreensão, entendeu?

Conversa com uma pessoa identificada como Adolfo:

MILTON: (…) mas algumas coisas já foram resolvidas né… acusação de que houve superfaturamento… isso já foi… agora, ainda resta o assunto do envolvimento dos pastores, mas eu creio que, no devido tempo, vão ser esclarecidos.

Em conversa com a filha

MILTON: Não! Não é isso… ele acha que vão fazer uma busca e apreensão… em casa… sabe… é… é muito triste. Bom! Isso pode acontecer, né? se houver indícios né…"…**A filha alerta o ex-ministro de que está falando de um celular normal. Milton, então, responde: "Ah, é? Então depois a gente se fala".**

Uma mensagem clara de que a conversa continha informações que não poderiam vir a público porque envolve a interferência de Bolsonaro.

RANDOLFE

Na quinta-feira (23), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado, afirmou que conseguiu o número mínimo de assinaturas necessárias para abrir uma CPI sobre o Ministério da Educação no Senado. Ele tinha ficado de esperar até terça-feira próxima para apresentar oficialmente o pedido porque mais senadores queriam assinar o pedido.

O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), disse esperar que o STF (Supremo Tribunal Federal) e a PGR (Procuradoria-Geral da República) autorizem a Câmara a investigar se houve interferência do presidente Jair Bolsonaro no caso do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. Já a senadora Simone Tebet (MDB-MS), pré-candidata a presidente da República pelo MDB, afirmou que isso faz com que as suspeitas sobre o Ministério da Educação cheguem "na sala do presidente da República". "Se comprovado, seria o mesmo caso do Bessias da Dilma com o Lula", declarou ela.

O líder do PSB na Câmara, Bira do Pindaré (MA), afirmou que deveria haver uma CPI para investigar o caso. "É preciso que haja uma busca, uma investigação mais aprofundada para ver as conexões disso. Mas me parece que ali é só a ponta do iceberg", declarou. "Não sei em que medida eles [eleitores bolsonaristas] estão preocupados com essas denúncias de corrupção. Agora, que a corrupção existe no governo Bolsonaro ninguém tem mais dúvida", disse Bira.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) apontou corrupção no episódio. "Tráfico de influência, corrupção 'light' são inadmissíveis quando o assunto é dinheiro público. É preciso apurar e punir qualquer ilícito. Caso haja comprovação de que o presidente da República repassou informação privilegiada ao seu ex-ministro, ele deverá responder por seus atos", afirmou a parlamentar.

ALESSANDRO VIEIRA

Para o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), "o áudio reforça a necessidade urgente de instauração da CPI do MEC. O Congresso e a Justiça não podem fechar os olhos para a realidade", destacou. "Tentativas de interferências do presidente Jair Bolsonaro em investigações da Polícia Federal, infelizmente, é uma rotina ilegal que precisa ser interrompida. Só creio nisto, com uma mudança de governo!", disse o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

A senadora Leila Barros (PDT-DF) afirmou que "a quebra de sigilo de operações policiais é muito grave". Ela põe em risco preservação de provas. "Se comprovada essa notícia, além de configurar crime, a atitude do presidente afetará a credibilidade da Polícia Federal", apontou. "Também chama a atenção na conversa entre Milton Ribeiro e a filha, o trecho em que ela o alerta que ligou de um celular normal. Logo em seguida, Milton desconversa e encerra a conversa", observou a senadora.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) também considerou grave a denúncia. "O sigilo, em operações de busca e apreensão, evita a destruição de provas. Essa notícia é gravíssima: se confirmada, o Presidente da República incorreu nos crimes de violação de sigilo (art. 325, CP) e de obstrução de justiça (art, 2º, § 1º, da Lei 12.850/13)!", afirmou.

Renildo: "aumento de 63% nas bandeiras de energia é coisa de um governo irresponsável"

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PE), afirmou que o aumento de até 63% no valor das bandeiras tarifárias para energia, determinada pelo governo Bolsonaro, serve para "engordar os lucros já exorbitantes da iniciativa privada no setor de energia" e tornou inútil a redução de impostos.

"Nós votamos a redução dos impostos para baratear energia e o governo aumenta as bandeiras em 63%! Ou seja, o aumento é muito superior à economia gerada ao consumidor através dos projetos que votamos", disse.

"É um governo completamente irresponsável que mente para as pessoas, mente para a sociedade, estabelecendo um custo cada vez mais alto para as famílias brasileiras", completou.

"Isso não é uma coisa séria, não é uma coisa responsável, não é uma coisa pensada. É um governo que vive da improvisação com um detalhe: nessa improvisação sempre ganha a iniciativa privada e sempre perde o consumidor, as famílias brasileiras", continuou o parlamentar.

O aumento, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), aumentou em 59,5% a taxa da bandeira amarela, chegando a R$ 2,99 para cada 100 kWh consumidos.

A chamada bandeira vermelha patamar 1 foi a mais elevada pela Aneel, com um reajuste de 63,7%, passando de R$ 3,97 para R$ 6,50 a cada 100 kWh. Por fim, a bandeira vermelha patamar 2 subiu 3,2% e chegou a R$ 9,79.

A bandeira verde, quando não é cobrada nenhuma tarifa extra, poderá ser mantida pelo governo Bolsonaro somente até depois da eleição, em uma clara manobra eleitoreira.

Renildo Calheiros lembrou que o governo Bolsonaro pressionou pela aprovação de leis que diminuem a cobrança do ICMS, que é um imposto estadual, para a energia, argumentando que isso reduziria o custo final para as famílias. Logo em seguida, o governo anunciou a elevação das bandeiras tarifárias.

"Vejam o que aconteceu no setor de energia: votamos o PLP 18, que reduziu o ICMS para produtos e serviços essenciais. Eles terão taxação de 17% a 18%, uma grande redução na arrecadação de Estados e Municípios, com repercussão na saúde e educação. A argumentação apresentada foi que a redução no ICMS serviria para diminuir o preço da energia".

"Ação política do ministro da Defesa contra mim é ordem de Bolsonaro", afirma Ciro

O ex-governador do Ceará e pré-candidato à Presidência, Ciro Gomes (PDT), disse que a nota e a notícia-crime apresentada pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas foram ordem de Jair Bolsonaro, explicitando "o grau de politização do atual comando" e sua submissão aos "caprichos políticos e interesses eleitorais" do governo.

Ciro Gomes disse não ter ficado surpreso "que a iniciativa desta ação política contra mim – e contra minha pré-candidatura – parta de um Ministro da Defesa que, possivelmente obedecendo ordens de seu comandante supremo, vem se notabilizando por tentativas de interferência no processo político".

"Como fez, há pouco tempo, quando comunicou de forma unilateral e autoritária ao Tribunal Superior Eleitoral que vai indicar nomes de militares para fiscalizar as urnas eletrônicas", continuou.

A ofensiva do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, que protocolaram uma notícia-crime na Procuradoria-Geral da República contra Ciro Gomes por supostamente "incitar, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas", foi feita depois de uma entrevista do pré-candidato à Presidência à CBN.

Em resposta, Ciro Gomes falou que, "assim como não confundo a ação das Forças Armadas com possíveis erros de alguns membros, não confundo, também, a essência da instituição com a linha imposta por comandos temporários que tentam submetê-la a caprichos políticos e interesses eleitorais".

"Inclusive, afirmei, na mesma entrevista, que os militares são elementos essenciais a um Projeto Nacional de Desenvolvimento, além de ressaltar a importância do fortalecimento das Forças Armadas em um possível governo que eu venha a presidir", pontuou.

Marina chama "toda a sociedade" a se opor à "mentalidade golpista e autoritária de Bolsonaro"

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), afirmou que Jair Bolsonaro tem "mentalidade golpista e autoritária" e clamou por ações do "Congresso Nacional, do Poder Judiciário e dos formadores de opinião", "porque o que está em jogo é a democracia".

Apesar de estar fazendo campanha, com motociatas semanais, desde o começo do ano, Jair Bolsonaro não consegue diminuir a vantagem que Lula tem sobre ele, que hoje está em 19 pontos no primeiro turno, voltando a ameaçar com um golpe.

Para Marina Silva, Bolsonaro ataca as urnas eletrônicas "como estratégia para não reconhecer os resultados das eleições" que virão.

Bolsonaro fala que as urnas eletrônicas já foram fraudadas, mesmo não apresentando qualquer prova, e que elas não são seguras, apesar de todos os técnicos apontarem o contrário. Ele, ainda, tem tentado usar as Forças Armadas para atacar as eleições.

Durante a Conferência Brasil-Portugal: Perspectivas de Futuro, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Marina Silva denunciou que "Bolsonaro flerta o tempo todo com a possibilidade de permanecer no poder por meios que não são legítimos em relação ao que prescreve a nossa Constituição".

A resistência ao golpismo de Bolsonaro, declarou a ex-senadora, "tem de ser de toda a sociedade, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, dos formadores de opinião, porque o que está em jogo é a democracia".

Juiz afirma que decretou prisão de Milton Ribeiro "com base em indicativos cabais"

As prisões foram baseadas em "suspeitas substanciais" sobre a autoria e a existência de crimes. Assim, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara da Justiça Federal de Brasília classificou, em ofício enviado ao desembargador federal Ney Bello, as decisões que tomou em relação ao ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e a pastores presos na última quarta-feira (22), pela Polícia Federal.

Por determinação de Borelli, Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura chegaram a ser presos pela PF. Todavia, foram soltos, na última quinta-feira (23), por decisão do desembargador Ney Bello.

O ofício data de quinta-feira, mesmo dia em que o desembargador concedeu liberdade ao ex-ministro e demais suspeitos de envolvimento no esquema montado no MEC para desviar recursos para prefeituras, mediante liberação de propina. Bello atendeu a recurso da defesa de Ribeiro e entendeu que não havia, supostamente, elementos que justificassem a manutenção da prisão dos investigados.

DECISÃO TOMADA COM RESPALDO LEGAL

"Todas as decisões foram proferidas com base em indicativos cabais de que haveria uma sequência de condutas suspeitas no Ministério da Educação (chamado de 'gabinete paralelo') e que poderiam amoldar-se aos tipos penais acima especificados; é dizer, as decisões não foram proferidas sem o respaldo legal justificador", escreveu o magistrado por meio de ofício encaminhado ao desembargador.

O ex-ministro da Educação é investigado por corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, prevaricação e por envolvimento em esquema fraudulento de liberação de verbas do MEC (Ministério da Educação), via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

'CONDUTA CRIMINOSA PRETÉRITA'

Na decisão, o desembargador Ney Bello argumentou que Ribeiro não integra mais o governo e que os fatos investigados não são atuais, portanto, para ele, não se justificava a prisão.

Por outro lado, o juiz da primeira instância defendeu que "não mais pertencer aos quadros da Administração Pública não o exime [Ribeiro] de responder pelos atos porventura típicos que em outra época tenha sido autor".

"O fato de o investigado não mais pertencer aos quadros da Administração Pública não o exime de responder pelos atos porventura típicos que em outra época tenha sido autor, nem tampouco se atualmente ele pode ou não continuar praticando. O fato é que mesmo deixando de ocupar um cargo público de tamanha importância ao Estado, o já afastado agente público ainda pode interferir na produção de provas sobre eventual conduta criminosa pretérita", escreveu Borelli no ofício.

DESEMBARGADOR

Na decisão da última quinta-feira, o desembargador federal, diferentemente de Borelli, considerou que a concessão de outras medidas cautelares, em vez da prisão, seriam as medidas mais adequadas no caso.

O juiz da primeira instância também relatou no ofício que vem sofrendo ameaças e que estas foram informadas ao Ministério Público Federal.

Bruno e Dom são velados em meio à comoção e protestos por justiça

Assassinato de Bruno e Dom escancara destruição dos órgãos de fiscalização e proteção realizados pelo governo Bolsonaro em prol do garimpo ilegal

Reprodução

Pernambucano e torcedor do Sport, Bruno Pereira foi velado em Paulista, PE

"Ele foi cremado no país que ele amava", disse Alessandra após a cerimônia

Os corpos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips foram velados por familiares, amigos e lideranças indígenas. Eles foram assassinados em uma emboscada durante uma expedição na região do Vale do Javari, no Amazonas, em cinco de junho.

"Renovamos nossa luta para que nossa dor e da família de Bruno Pereira não se repita, como também a de outras famílias de jornalistas e defensores do meio ambiente que seguem em risco. Seguem em risco. Descansem em paz, Bruno e Dom", disse Alessandra Sampaio, viúva de Dom Phillips, após a cerimônia realizada em Niterói, no Rio de Janeiro, no domingo.

O velório foi acompanhado pela família brasileira e britânica do jornalista, além de amigos e ativistas. Alessandra agradeceu ao empenho dos envolvidos nas buscas dos corpos do marido e do indigenista Bruno Pereira, à imprensa e aos povos indígenas.

"Agradeço imensamente a imprensa e aos amigos jornalistas que têm sido fundamentais nos esforços de apuração do caso, na cobrança por transparência nas investigações e na mobilização que permitiu que chegássemos todos até aqui. Eu também agradeço de coração a todas as pessoas que se solidarizaram com Dom, com Bruno, com nossas famílias e amigos, aqui no Brasil e em outros países", agradeceu Alessandra.

Segundo Alessandra, Dom "será cremado no país que amava".

"Hoje, Dom será cremado no país que amava, seu lar escolhido Brasil. O dia de hoje é de luto. Dom era uma pessoa muito especial, não apenas por defender aquilo que acreditava como profissional, mas também por ter um coração enorme e um grande amor pela humanidade", disse em pronunciamento.

A irmã do jornalista, Sian Phillips, também fez um pronunciamento e disse que ele foi morto por tentar contar ao mundo as histórias sobre a floresta e seus moradores. Alessandra, os irmãos de Dom: Sian Phillips, Gareth Phillips e o cunhado Paul Sherwood (marido de Sian); se abraçaram no final do pronunciamento, sob aplausos de todos os presentes. A cerimônia de despedida foi restrita aos familiares e amigos.

RITUAL

Bruno Pereira, que tinha 41 anos e é pernambucano, chegou ao Recife na última quinta-feira (23), em um jato da Polícia Federal. Um grupo de indígenas da etnia Xucuru, da Serra do Ororubá, em Pesqueira, no Agreste, compareceu ao velório e entrou na capela em que o corpo de Bruno Pereira é velado. Eles entoaram cantos do ritual do Toré ao redor do caixão, com um cartaz com as fotos das vítimas e a frase "Justiça por Dom e Bruno".

Logo nos primeiros minutos do funeral, a emoção tomou conta de todos com a chegada dos indígenas xukurus da serra do Ororubá, no agreste do estado. Foi entoando cantos e marchando que o grupo entrou no cemitério Morada da Paz. "Oh, meu irmão, oh, irmão meu. Cadê o meu irmão que não vem brincar mais eu?", cantavam os xukurus enquanto balançavam seus instrumentos de percussão. O cântico continuou quando chegaram próximo ao caixão de Bruno. Os pais e a esposa do indigenista assistiam a homenagem com muita emoção.

"Não poderíamos não estar presentes aqui no dia de hoje, representando todos aqueles que não puderam estar aqui para dizer que Bruno e Dom vivem em cada um de nós", declarou o cacique Marcos Xukuru, cujo pai, o cacique Chicão, também morreu assassinado em maio de 1998, a mando de fazendeiros contrariados com a luta do povo xukuru pelas suas terras. "Hoje eu gostaria de dizer para Bruno o que minha mãe disse quando meu pai foi assassinado: ele não vai ser enterrado, ele vai ser plantado porque dele vão nascer novos guerreiros", afirmou a liderança indígena.

Após o ritual, Eriberto Marubo, diretor do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados (OPI) se dirigiu aos pais de Bruno: "Hoje, ele pertence a todos os povos indígenas. Vocês têm um filho herói para nós". Após a fala de Eriberto, o cacique Marcos colocou sobre o caixão de Bruno o chapéu de ritual dos xukurus de Ororubá, feito de palha de buriti, um dos objetos mais sagrados para o povo do agreste pernambucano.

No final da cerimônia, após a celebração da missa, chegaram os representantes do povo pankararu, do sertão do São Francisco, que também homenageou Bruno Pereira.

INVESTIGAÇÃO

Até o momento, quatro pessoas suspeitas de participação no crime foram presas. Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como "Pelado", confessou ter cometido o crime e indicou o local onde os corpos haviam sido enterrados. O irmão dele, Oseney da Costa de Oliveira, também foi preso.

No dia 18, Jefferson da Silva Lima foi preso em Atalaia do Norte e, segundo depoimento, confessou ter ajudado na ocultação dos corpos. Cinco dias depois, na quinta-feira (23), Gabriel Pereira Dantas se entregou à polícia em São Paulo. Ele disse ter pilotado a canoa que Amarildo usou na execução do crime.

A PF ainda não concluiu o inquérito. Perguntas como: Quem mandou matar Dom e Bruno e por quê?, ainda não tem respostas.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a área em que a dupla navegava é "palco de disputa entre facções criminosas que se destacam pela sobreposição de crimes ambientais, que vão do desmatamento e garimpo ilegal a ações relacionadas ao tráfico de drogas e de armas". Até o momento, a investigação da PF chegou a três suspeitos —apenas o pescador Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como Pelado, confessou a autoria no duplo homicídio. Segundo a polícia, ele havia admitido ter jogado os corpos em uma parte da mata do Vale do Javari, esquartejado e ateado fogo. No entanto, nesta semana, voltou atrás e afirmou não ter participado do homicídio.

O indigenista e o jornalista foram vistos na região pela última vez no dia 5 de junho. Os restos mortais foram encontrados em 15 de junho. No dia seguinte, foram levados para Brasília, onde os corpos foram periciados e identificados pelo Instituto Nacional de Criminalística.

Família de Genivaldo repudia impunidade 30 dias após morte na câmara de gás em viatura

Passados 30 dias da morte de Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, torturado em uma abordagem de policiais rodoviários federais em Umbaúba (SE), a família dele reclama da impunidade e do sentimento de insegurança que a assola após o crime.

"Um mês se passou e não temos resposta. Se fosse qualquer pessoa que tivesse dado um tapa em um policial, seria preso. Eles mataram o meu tio e estão soltos, juntos com a família, e nós estamos aqui tristes e sem nosso ente querido. A gente está vendo que não vai dar em nada. Estamos na mão de Deus", afirmou o sobrinho da vítima, Walisson de Jesus Santos.

Wallison disse que "todo mundo está com medo" ao questionar a falta de confiança na polícia. "Eles pediram trinta dias para investigar mais o quê? Eles querem mais provas de quê? Os policiais deviam ter perdido a farda e estar presos", desabafou.

O sobrinho da vítima informou ainda estar descrente com a Justiça. "Eu não acredito em Justiça nenhuma. Estou indignado, o que estão fazendo com a gente é humilhante, não significamos nada. Se a polícia não protege e a justiça não oprime, não há justiça. A gente vive com medo, vamos confiar em quem?

Na última terça-feira (21), a Polícia Federal pediu a prorrogação do prazo para concluir inquérito sobre a morte de Genivaldo dos Santos.

A PF informou que precisa aguardar a apresentação de laudos periciais requisitados ao Instituto Médico Legal (IML) e à Diretoria Técnico-científica da própria PF. O órgão classificou os documentos "indispensáveis para a finalização da investigação".

O pedido feito ao Ministério Público Federal (MPF) foi aceito.

CNJ investiga juíza que violou direitos de menina de 11 anos vítima de estupro

Em audiência com a criança, Joana Ribeiro Zimmer tentou coagi-la a não interromper a gestação e sugeriu que "escolhesse o nome do bebê" como presente de aniversário

Sete membros do CNJ assinaram petição contra a juíza

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu um procedimento administrativo disciplinar para apurar a conduta da juíza Joana Ribeiro Zimmer, que impediu uma menina de 11 anos de fazer um aborto legal após ser vítima de um estupro e tê-la encaminhado a um abrigo para impedir que a família buscasse os órgãos de saúde para interromper a gestação.

Sete membros do CNJ assinaram uma representação contra a Joana Ribeiro Zimmer e tratam a audiência conduzida pela juíza como "escabrosa" e palco de violência institucional contra a menina.

O caso foi revelado pelo Portal Catarinas e pelo The Intercept Brasil na manhã de segunda-feira (20) e ganhou repercussão nacional ao longo do dia. Durante a audiência, a magistrada chegou a perguntar à criança, sem acompanhamento de uma psicóloga, se ela "suportaria ficar mais um pouquinho" grávida e se o "pai do bebê concordaria com a entrega para adoção".

Zimmer também determinou que a criança fosse levada a um abrigo, sob a justificativa de que haveria "risco" da mãe efetuar "algum procedimento para operar a morte do bebê".

Apesar de o aborto ser permitido em casos de estupro, durante a audiência, a juíza sugere que a menina aguente mais um pouco a gestação para que possa entregar o bebê à adoção.

A Corregedoria do Tribunal de Santa Catarina também analisa a conduta da juíza.

Segundo a nota publicada pelo TJ-SC no início da noite de ontem, o processo corre em segredo de justiça por envolver menor de idade, "circunstância que impede sua discussão em público".

A sessão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Catarina decidiu trabalhar no caso, em defesa da menina, para garantir a proteção dela.

Em nota, a OAB diz que enxerga a situação com preocupação e acompanhará todo o processo e os desdobramentos do caso para que a vítima receba apoio integral. "Incluindo o retorno ao convívio familiar e toda a assistência de saúde necessária", ressaltou.

"Estamos buscando junto aos órgãos e instituições com atuação no caso todas as informações necessárias para, de forma incondicional, resguardarmos e garantirmos proteção integral à vida da menina gestante, com embasamento em laudos médicos e nas garantias legais previstas para a vítima em tais situações", destacou a entidade.

CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA

A criança foi ao Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, acompanhada da mãe, dois dias após descobrir a gravidez, para fazer o aborto, mas os médicos não quiseram realizar o procedimento que, de acordo com as normas do hospital, é permitido apenas até a vigésima semana. A menina estava com 22 semanas e dois dias de gestação. A menina ainda tinha 10 anos quando procurou atendimento médico.

O hospital afirmou que para a realização do procedimento, seria necessária uma autorização judicial e o caso então foi encaminhado para a juíza Joana Ribeiro Zimmer, que marcou uma audiência com a menina no último dia 9.

A promotora do Ministério Público catarinense, da 2ª Promotoria de Justiça do município de Tijucas, ajuizou uma ação cautelar dois dias após a mãe e a menina irem ao hospital em busca de atendimento defendendo que a menina fosse encaminhada a um abrigo.

Mirela afirma no documento que a menina vítima de estupro deveria *"permanecer [no abrigo] até verificar-se que não se encontra mais em situação de risco [de violência sexual] e possa retornar para a família natural"*. Ainda assim, ela reconhece que o caso se trata de uma gravidez de risco: *"Por óbvio, uma criança em tenra idade (10 anos) não possui estrutura biológica em estágio de formação apto para uma gestação"*.

COAÇÃO

No dia da audiência, Zimmer perguntou à menina se ela desejava seguir com a gravidez. A menina disse que não e a juíza tenta convencê-la a dar continuidade na gestação. Ela alega que o objetivo é que o feto seja medicado para formar o pulmão completamente e prossegue: *"Em vez de deixar ele morrer, porque já é um bebê, já é uma criança, em vez de a gente tirar da tua barriga e ver ele morrendo e agonizando, é isso que acontece, porque o Brasil não concorda com a eutanásia, o Brasil não tem, não vai dar medicamento para ele. Ele vai nascer chorando, não [inaudível] medicamento para ele morrer"*, diz à criança.

"Qual é a expectativa que você tem em relação ao bebê? Você quer ver ele nascer?", pergunta a juiza.

"Não", responde a vítima.

"Você gosta de estudar?"

"Gosto".

"Você acha que a tua condição atrapalha o teu estudo?"

"Sim."

A juíza pergunta ainda se a menina gostaria de escolher o nome do bebê como presente de aniversário, já que faltavam poucos dias para a menina completar 11 anos.

"Você tem algum pedido especial de aniversário? Se tiver, é só pedir. Quer escolher o nome do bebê?", diz a magistrada.

A menina responde:

"Não".

E Zimmer continua:

"Você acha que o pai do bebê concordaria pra entrega para adoção?", pergunta, ao falar do estuprador que abusou da criança.

"Não sei", responde a menina, em voz baixa.

Policiais atuam como milicianos para fazendeiros da região onde há conflito

Ataque a indígenas Guarani Kaiowá causa uma morte no Mato Grosso do Sul

Após indígenas dos povos Guarani Kaiowá retomarem, novamente, parte do território de Guapoy, no município de Amambai (MS), policiais militares e fazendeiros invadiram a área, na manhã da última sexta-feira (24), no intuito de expulsar, através do uso da força, os indígenas, mesmo não havendo ordem judicial. A agressão foi realizada na tarde da última quinta-feira (23).

Há relatos de que os policiais dispararam tiros de bala de borracha contra os indígenas, deixando ao menos seis feridos, dois deles foram deslocados para a capital do Estado, Campo Grande (MS).

Na noite da quinta, o clima já era de tensão e a ação da polícia e fazendeiros se premeditava. Diante das informações dos feridos, do contingente populacional local e do histórico de violência na região. Ainda, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) temia que a situação do conflito evoluísse rapidamente para um novo episódio de massacre contra os Guarani Kaiowá, como o ocorrido em 2016, em Caarapó (MS).

De acordo com Matias Benno Rempel, missionário da Cimi no estado, o aumento da população indígena na região motiva há anos a retomada do território. "Alex foi morto em uma área que deveria ser indígena, mas virou fazenda. Ele não foi o primeiro, desde 2015 denunciamos a morte, o desaparecimento e até a tortura de indígenas na região de Amambai", relata.

O missionário também relata que, além dos conflitos com fazendeiros, a PM tem sido utilizada regularmente no estado como "uma força de defesa pública na proteção dos interesses privados".

Segundo ele, as operações pela desocupação da área têm ocorrido sem um mandato de reintegração de posse. "Em nenhum dos casos há uma decisão [de reintegração], nesses conflitos os indígenas têm seu direito e supostamente os fazendeiros alegam o seu. Para piorar, as ações policiais nestes casos deveriam envolver somente a Polícia Federal e a Funai, acompanhados da decisão. Mas o que estamos vendo é o estado concedendo aos fazendeiros o direito de usar a PM como jagunço para nos expulsar".

A reserva de Amambai é a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul em termos populacionais, com quase 10 mil indígenas.

Para os Guarani Kaiowá, Guapoy é parte de um território tradicional que lhes foi roubado, quando houve a subtração de parte da reserva de Amambai. Os indígenas clamam atenção, exigem proteção às suas vidas e seus direitos.

Além de seguir acompanhando o caso, o Cimi afirmou que pediu, com urgência, o envolvimento de órgãos federais, bem como do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a fim de controlar a situação e investigar os episódios.

Da mesma forma, o coordenador da Articulação dos Indígenas do Brasil (Apib), Eloy Terena, que é do Mato Grosso do Sul, afirmou que no estado, o "Estado de Direito fracassou". "A polícia militar, em regime de milícia privada dos fazendeiros, promove despejos sem ordem judicial. Já virou rotina. Um estado onde o Agrobanditismo impera a custo do sangue indígena", publicou o advogado em seu perfil no Twitter.

Preso o agressor que espancou procuradora na sede da Prefeitura

O procurador Demétrius Oliveira de Macedo, de 34 anos, foi preso na manhã desta quinta-feira (23), em São Paulo. A justiça havia determinado a detenção dele na quarta (22), por ter espancado a chefe Gabriela Samadello Monteiro de Barros, de 39, durante expediente na prefeitura de Registro.

A informação foi divulgada pelo governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, em publicação do Twitter.

"A Polícia Civil acaba de prender o agressor Demétrius Macedo. Que a Justiça faça a sua parte agora e use contra ele todo o peso da lei. Agressor de mulher vai para a cadeia aqui em SP. Denuncie sempre", escreveu o governador.

"Não sei qual pode ser a reação do agressor diante a repercussão dos fatos. Acho que ele é capaz de qualquer coisa", destacou Gabriela Samadello em entrevista à GloboNews, quando o procurador ainda estava foragido

A procuradora-geral do município de Registro, interior de São Paulo, Gabriela Samadello Monteiro de Barros foi agredida de forma violenta por um colega de trabalho, o procurador Demétrius Oliveira Macedo, de 34 anos, dentro da sede da Prefeitura de Registro, na última segunda-feira, 20. A cena foi gravada por outra funcionária e divulgada nas redes sociais.

Segundo o Boletim de Ocorrência registrado pela vítima, o procurador municipal Demétrius Oliveira Macedo é investigado num processo disciplinar interno devido a conduta dele no ambiente de trabalho.

Na tarde de segunda-feira, 20, conforme o vídeo divulgado, Macedo entrou na sala de trabalho da procuradora e desferiu uma cotovelada na vítima, que caiu e começou a levar socos.

Rodrigo de Oliveira

Juízes do Trabalho e sindicatos pedem a revogação da reforma trabalhista em encontro no RS

"O Brasil vive uma catástrofe humanitária. Triplicou o número de brasileiros que vivem em situação de miséria ou de pobreza extrema, passando de 11 milhões em 2018 para 33 milhões de brasileiros em 2022, com mais de 12 milhões de desempregados". A afirmação está no manifesto das centrais sindicais, advogados trabalhistas, magistrados da Justiça do Trabalho, servidores públicos e movimentos sociais no lançamento da campanha "REFORMA TRABALHISTA - REVOGA JÁ!". O ato aconteceu no auditório da Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA), no dia 22 de junho.

Segundo o manifesto, a chamada reforma eliminou 123 direitos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), resultou no avanço do trabalho informal (sem carteira assinada), no trabalho análogo ao escravo e na precariedade nas relações de trabalho. Estrangulou financeiramente as entidades sindicais, dificultou ao máximo o acesso à Justiça do Trabalho e inviabilizou as ações dos Auditores Fiscais do Trabalho. O texto considera a política econômica "desastrada", para "facilitar a entrada de investidores estrangeiros em setores estratégicos oferecendo, como contrapartida, mão-de-obra barata, amparada pela eliminação de direitos básicos".

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

A campanha propõe a formulação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil "que tenha como eixo a valorização do trabalho, iniciando pelo restabelecimento de todos os direitos e garantias suprimidos pela chamada reforma trabalhista de 2017, geração de empregos formais a partir de incentivos à indústria nacional, retomada dos programas de inclusão e promoção social e revogação da Emenda Constitucional 95".

Para Norton Jubelli, da UGT-RS (União Geral dos Trabalhadores), "essa realidade a que fomos transportados, do desemprego, informalidade, perda de direitos, perda de renda, volta da fome, só acabará com a eleição, não só de um governo progressista, voltado aos trabalhadores e população, mas também de bancadas que defendam a revogação e garantam a reconstrução de um país mais justo".

Guiomar Vidor, presidente da CTB-RS (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), considera que o objetivo da campanha "é demonstrar que, depois de cinco anos, a reforma trabalhista trouxe o trabalho precário, a limitação à Justiça do Trabalho. A reforma colocou uma visão de que a lei fica de lado nas negociações coletivas, prevalecendo o negociado, enfraqueceu os sindicatos. É por isso defendemos a revogação da reforma".

PICARETAGEM

De acordo com Tânia Antunes, da Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC), "conseguiram a façanha de colocar na cabeça das pessoas em situação de subemprego, sem direitos, o que chamam de empreendedores, mesmo que não consigam muitas vezes se manter, tendo que trabalhar 14 horas por dia, até doentes". Tânia disse que "o trabalhador está sendo penalizado no que tem de mais primordial, o pagamento pela sua força de trabalho.

Maria Carrionm, da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), pediu para "não ficarmos somente falando no que foi perdido, mas do que precisa ser feito para mudar o retrocesso causado pela reforma. É preciso lutar por um futuro melhor, digno e com justiça social".

JUÍZES QUEREM REVOGAÇÃO

Antônia Mara Loguercio, representante da AJD (Associação de Juízes pela Democracia), afirmou que "é preciso revogar toda a reforma. Nada do que foi feito veio em benefício dos trabalhadores, da população. O que vimos não foi a geração de empregos, mas sim a insegurança alimentar, volta da fome, do desemprego e subemprego. Os juízes da AJD estão solidários com esta luta, pelo princípio de proteção dos trabalhadores".

Felipe Carmona, presidente da AGETRA (Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas) falou que "o movimento pela revogação reúne trabalhadores, movimento sindical, magistrados e pesquisadores".

Delaíde Arantes, ministra do TST afirmou que a reforma não criou empregos e afetou a dignidade dos trabalhadores. "Presenciamos o ataque à Justiça do Trabalho, o desrespeito ao Supremo, a perseguição do movimento sindical e o empobrecimento da população". Para Delaíde, "o trabalhador precisa ser bem remunerado, pelo seu sustento e de sua família, mas para a economia girar. Somos magistrados, mas não podemos abrir mão do exercício da cidadania, precisamos discutir tudo que aconteceu e o que devemos, podemos fazer para mudar seus efeitos", destacou a ministra.

Thiago Mallman Sulzbah, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), lembrou que o ministro do Trabalho do então presidente Temer prometeu a criação de 6 milhões de empregos. "Já se passaram 5 anos. Menos direitos não geram empregos". Para o juiz, mudaram a nomenclatura de 'desempregados' para 'empreendedores': 42 milhões de brasileiros vivem na informalidade, sem direitos. Para o magistrado, "só quem ganhou com a reforma Trabalhista foi o mercado financeiro. Qual é o modelo econômico e de mercado de trabalho que precisamos? Provavelmente, a resposta não é a retirada de direitos e rendimentos dos trabalhadores", disse. Para o juiz, "não há relação direta entre reformas e desenvolvimento econômico. A reforma Trabalhista só veio tirar a comida da mesa dos trabalhadores. O salário mínimo quase não consegue comprar nem mesmo a cesta básica atualmente.

O presidente da Amatra declarou que "os magistrados estão convocados a cumprir com seu juramento de defender a democracia. Rever a reforma será crucial para frear a precarização e inserir população no desenvolvimento do país", concluiu.

Para caminhoneiros, "problema do diesel se resolve com o fim do PPI"

Marina Pacheco

Para dirigentes, proposta feita pelo governo é uma afronta à categoria

"O caminhoneiro não precisa de esmola, precisa de dignidade para poder trabalhar"

Nem R$ 400, nem R$ 1.000. A tentativa desesperada de Bolsonaro de engabelar os caminhoneiros com um "auxílio", puramente eleitoreiro, não está colando. Para as lideranças da categoria, a proposta que vem sendo cogitada pelo Planalto para compensar os altos preços dos combustíveis não passa de mais uma "medida paliativa", ou proposta "para inglês ver".

Para o diretor da CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), Carlos Alberto Litti Dahmer, o voucher que o governo pretende criar é um "desaforo".

Segundo ele, "essa tentativa do governo de criar um vale combustível, um abono para os combustíveis, é um desaforo para a categoria", disse.

"O presidente (Jair Bolsonaro) precisa criar coragem para enfrentar o problema central e não vir com desabonos que são migalhas para os caminhoneiros. O problema do diesel pode ser resolvido pela sua caneta Bic [do presidente] quando terminar com o fim do preço da paridade internacional da Petrobras (PPI). Essa é a solução", disse Litti.

Inicialmente, o governo cogitou criar um "auxílio-caminhoneiro" de R$ 400, o que deixou a categoria indignada diante do gasto médio mensal que têm apenas com o diesel, que varia entre R$ 5.000 a R$ 10.000.

Com a insatisfação do setor, o governo agora quer dar um voucher de R$ 1.000 por mês, mas mesmo assim as lideranças dos caminhoneiros afirmam que isso não resolve o problema.

Segundo eles, um auxílio de R$ 1.000 não paga nem 300 km de distância percorrida, e ainda existem o preço do frete que não foi atualizado, e os altíssimos custos com a manutenção do veículo.

A proposta também foi criticada pelo deputado federal Nereu Crispim (PSD-RS), líder da frente parlamentar dos caminhoneiros. "Caminhoneiro não quer assistencialismo para ficar refém de político que a qualquer momento pode fazer chantagem eleitoral!", afirmou.

A criação de benefícios é ainda proibida em ano eleitoral e, mesmo que o governo federal consiga manobras para viabilizar o auxílio, a partir de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), por exemplo, essa alternativa está sujeita a questionamentos na Justiça, e as lideranças dos caminhoneiros sabem muito bem disso.

Para o presidente da Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores), Wallace Landim, a decisão do governo é uma afronta. Landim diz que a categoria não quer receber esmola, mas sim uma solução estrutural.

"Isso é uma grande piada. O caminhoneiro não precisa de esmola, precisa de dignidade para poder trabalhar. O governo tem de parar de dar chilique e tomar atitude de verdade", afirmou à reportagem do Estadão.

Reprodução

Reitores e deputados exigem desbloqueio dos recursos das universidades federais

A Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais realizou um ato, na Câmara dos Deputados, no último dia 22, exigindo o desbloqueio imediato dos recursos para as instituições federais de ensino superior, que tiveram suas verbas reduzidas após cortes do governo. O ato contou com a presença de mais de 50 reitores de instituições federais.

O governo Bolsonaro cortou R$ 3,23 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC) de 2022, reduzindo R$ 1 bilhão das verbas destinadas aos institutos e universidades federais. Para Marcus David, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o cenário é grave.

"O que torna esse bloqueio e esse remanejamento ainda mais graves é o cenário de subfinanciamento que as universidades federais já vêm enfrentando nos últimos anos. O orçamento aprovado para 2022 já era aquém da necessidade, sobretudo considerando o retorno presencial às salas de aula. E é importante destacar que as universidades jamais paralisaram suas atividades. Ao contrário, desde o início da pandemia se apresentaram como aliadas no enfretamento do vírus, colocando toda a estrutura à disposição e com total dedicação ao país e aos brasileiros", afirmou.

Os reitores denunciam que os cortes inviabilizam a quitação de despesas essenciais, como água, luz e segurança, levando instabilidade à comunidade acadêmica e comprometendo de forma preocupante a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

"Temos hoje aqui vários partidos representados, em uma frente suprapartidária, pois o compromisso com as universidades federais, públicas, gratuitas e de qualidade perpassa as diversas cores partidárias. As universidades passam por um momento de extrema dificuldade. Em 2015, por exemplo, o orçamento discricionário era de R$ 15 bilhões, e este ano está em R$ 5,5 bilhões. Hoje poderíamos estar discutindo a expansão, mas estamos discutindo a sobrevivência das universidades, da manutenção do básico para o seu funcionamento", disse Leo Brito (PT-AC), presidente da Frente Parlamentar.

Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que "acredita que não há possibilidade de desenvolvimento do Brasil sem que haja universidade, sem ter um polo de pesquisa, de ciência e tecnologia. O Brasil tem um modelo em que esse processo está ancorado nas universidades, por isso que não tem como termos soberania nacional sem garantir a força e o financiamento instalados em nossas universidades".

"Estou na base do governo e quando participei da Comissão Mista do Orçamento tivemos uma grande dor de cabeça para aumentar os investimentos dos recursos para a área da Educação no Brasil. Não concordo [com o bloqueio], respeito a opinião de todos, mas acho que esse desbloqueio deve ser feito para o bem de 210 milhões de brasileiros e brasileiras", defendeu o deputado Bosco Costa (PL-SE).

O deputado André Janones (Avante-MG) destaca que nos últimos anos as universidades precisaram vencer desafios diários para se manterem, "e não estamos falando aqui nem em ampliar investimentos ou abrir mais vagas, mas de manter o que existe. Espero que hoje seja a virada desse cenário e que a gente possa continuar unindo forças aqui na Câmara dos Deputados, direita, esquerda, centro, todos que são a favor do ensino público de qualidade", disse, ressaltando a importância da atuação de parlamentares pelo desbloqueio, independentemente de filiação partidária.

Para o deputado federal Camilo Capiberibe (PSB-AP), os cortes afetam também "as populações tradicionais, como quilombolas, indígenas, e inviabilizam a presença dessas pessoas nas universidades, além, obviamente, de comprometer a produção de conhecimento científico desse País", frisou.

"É impossível pensar soberania, desenvolvimento, cidadania brasileira, pesquisa, inovação, sem pensar universidade federal. E quando pensamos todos os pilares de um país desenvolvido e de uma nação soberana, não podemos ficar omissos para mudar esse quadro. Precisamos buscar o desbloqueio, mas precisamos também trabalhar intensamente para o orçamento de 2023", defendeu a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

O presidente da Andifes afirmou que aguarda retorno das audiências solicitadas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e destacou a necessidade de urgência do desbloqueio.

"Bolsonaro mentiu e agora quer colocar caminhoneiros e o povo brasileiro contra a Petrobrás"

O presidente da Abrava protestou também contra a tentativa de Bolsonaro de atacar a Petrobrás e tirar o corpo fora da sua responsabilidade como presidente.

"Bolsonaro mentiu e agora quer colocar a categoria e o povo brasileiro contra a Petrobrás", afirma Landim, referindo-se aos ataques de Bolsonaro à companhia, inclusive inventando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a empresa, que, além de tudo, parece mais uma tentativa de criar uma cortina de fumaça para esconder o caos em que seu governo afundou o país.

Segundo o líder caminhoneiro, "a grande falha e incompetência do governo Bolsonaro foi não ter reestruturado a Petrobrás e suas operações no início do governo, de não ter dado início a mudanças estruturantes na empresa, e o principal, de não ter cumprido suas palavras com os caminhoneiros". "Por favor, presidente, não duvide de nossa inteligência, estamos do lado da verdade, e não da mentira", afirmou a Abrava, em nota.

Servidores cobram exoneração do presidente da Funai, Marcelo Xavier

Os servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) realizaram manifestações em frente às sedes do órgão em 34 cidades nesta quinta-feira (23), como parte da greve deflagrada no início desta semana. Os protestos receberam o apoio de associações, sindicatos, especialmente de servidores públicos, entidades sindicais, partidos políticos, deputados e indígenas.

O movimento exige a exoneração do presidente da Funai, Marcelo Xavier e a apuração dos mandantes e as circunstâncias em que foram barbaramente executados o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas. "Os servidores que estão lá [no Vale Javari] estão sozinhos, numa situação de muita vulnerabilidade física e psicológica. A gente quer uma força-tarefa da Funai para atuar na região fortalecendo os servidores que estão nas coordenações regionais", afirma Luana Almeida, da entidade Indigenistas Associados (INA).

No último dia 13, a INA publicou um dossiê que denuncia o desmonte institucional do órgão, promovido desde o início do governo Bolsonaro. Segundo o documento, o objetivo das mudanças implementadas é o de favorecer a ação de garimpeiros, madeireiros, ruralistas, caçadores, pescadores e até mesmo narcotraficantes que saqueiam recursos naturais em territórios indígenas.

"Cansamos do absurdo. Não tem como continuar com a gestão anti-indígena que vivemos nestes três anos e meio. Os assassinatos de Bruno, Dom e Maxciel Pereira dos Santos [indigenista da Funai morto na cidade de Tabatinga, em 2019] não são tragédias ocasionais, mas anunciadas", disse Luana.

Representando a Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), Carla Lessa ressaltou que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vivem uma situação bastante semelhante. A Ascema denunciou, em maio, que funcionários do Ibama também sofreram pressões do governo Bolsonaro para deixarem de atender os Yanomami do Amazonas e de Roraima, favorecendo ataques de garimpeiros. "Estão nos matando e não é pouco. Temos inimigos no poder", acentuou Carla.

"O Bruno morreu sendo servidor da Funai. Enquanto ele era assassinado, esquartejado, carbonizado e enterrado em cova rasa, o presidente da Funai, que tinha responsabilidade para com o Bruno enquanto servidor, foi à rede nacional difamá-lo, contar mentiras sobre ele", afirma o servidor da Funai e amigo de Bruno, Guilherme Martins.

HP — CHARGE DO ÉTON

HP 29 DE JUNHO A 5 DE JULHO DE 2022

Morning Star

Ferroviários se manifestam

Maior greve de ferroviários em 30 anos paralisa Inglaterra

Diante da maior inflação em 40 anos, há três anos sem reajuste e sob ameaça de 2.900 demissões compulsórias, 40 mil trabalhadores das ferrovias britânicas estão realizando a maior greve do setor no Reino Unido em 30 anos, que teve início na terça-feira (21) e irá alternadamente até sábado (25).

Na quinta-feira (23), foi a vez dos funcionários da British Airways [aviação] aprovarem uma paralisação no maior aeroporto inglês, Heathrow, em Londres, em meio a alertas de que o país está diante de um "verão do descontentamento" à medida que a inflação já chegou a 9%.

"Os trabalhadores britânicos precisam de um aumento salarial", alertou Mick Lynch, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e de Transporte (RMT), à Sky News, sobre a greve na Network Rail, empresa que cuida da manutenção da malha ferroviária.

O sindicato orientou os passageiros a não usar trens, a menos que seja absolutamente necessário durante toda a semana, com apenas um em cada cinco serviços funcionando, começando no final da manhã e terminando no início da noite, por volta das 18h30, por exigência legal.

Os piquetes do RMT têm recebido a solidariedade de outros sindicatos, ativistas populares e alguns parlamentares. A paralisação vem sendo observada com atenção por várias categorias, que também estão se mobilizando contra a carestia, que foi agravada pelas sanções decretadas pelos países da Otan contra a Rússia.

As convocações à greve vêm se espalhando como um rastilho: professores, médicos, enfermeiros, garis, aeronautas, trabalhadores dos correios e das telecomunicações.

"Nossos membros estão liderando o caminho para defender todos os trabalhadores que tentam obter um aumento salarial e alguma segurança no emprego", afirmou Lynch. Ele acrescentou que numa economia moderna, "os trabalhadores precisam ser devidamente recompensados pelo seu trabalho, gozar de boas condições e ter a tranquilidade de que o seu emprego não lhes será tirado".

O secretário de Transportes, Grant Shapps, tem se pronunciado contrário a qualquer concessão ao sindicato e inclusive ameaçou mudar a lei de greve para permitir a contratação de fura-greves.

Lynch exigiu que Shapps, ou sente à mesa de negociações, ou saia do caminho, para que o sindicato possa fechar um acordo com a Network Rail. "O que não podemos aceitar é que milhares de trabalhadores ferroviários sejam jogados no lixo depois de serem elogiados como heróis durante a Covid. A RMT continuará sua mobilização até que um acordo seja alcançado."

Ferroviários advertiram ainda que o corte de pessoal planejado ameaça a própria segurança dos usuários dos trens, já que é o trabalho de manutenção da rede que impede descarrilamentos e acidentes com vítimas.

NO LIMITE

A primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon, pediu ao governo Johnson que tenha "respeito" pelos trabalhadores, e resolva a disputa que está "paralisando" os trens e o Reino Unido.

Segundo a Reuters "um aumento no custo de alimentos e combustível está empurrando muitos orçamentos domésticos para o limite, levando os sindicatos a exigir aumentos salariais mais altos para seus membros", enquanto o governo pleiteia "contenção salarial para evitar uma espiral inflacionária".

De Ruanda, para onde foi participar de reunião da Commonwealth [Comunidade Britânica] o primeiro-ministro Boris Johnson classificou a greve como "desnecessária".

O deputado conservador Tobias Ellwood, presidente do comitê de Defesa do parlamento inglês, chamou aos trabalhadores em greve de "amigos de Putin", exigindo que a paralisação seja suspensa para não atrapalhar o socorro de Londres ao regime de Kiev e seus neonazis.

"Acho que a Rússia deve estar gostando dessa distração auto-infligida, satisfeita em ver que o único governo na Europa que está realmente enfrentando Putin está completamente distraído dessa maneira … 'por favor, não seja amigo de Putin, volte às negociações hoje para que possamos colocar o país em movimento novamente'", insistiu Ellwood, que está entre os possíveis candidatos a candidato nas hostes conservadoras em caso da queda do festeiro Johnson.

Por sua vez o líder do Partido Trabalhista no parlamento, o blairista de carteirinha Keir Starmer, proibiu a bancada de ir aos piquetes de greve manifestar apoio, ameaçando de punição a três deputados que já foram. Ele tem exortado o público britânico a "fazer sacrifícios" diante da "dor econômica", aliás agravada pelas sanções contra a Rússia.

O secretário-geral adjunto da RMT, Eddie Dempsey, disse ao programa Today da Rádio 4 : "Onde quer que estejamos lidando com alguém que não seja diretamente controlado pelo [Departamento de Transportes], estamos progredindo: metrô de Londres 8,5%; Docklands Light Railway, temos um acordo a par com a inflação [9%]; Crossrail, mesma coisa; Transporte para o País de Gales, estamos negociando algo lá agora; Merseyrail, 7,1%."

Se as negociações não avançarem, já há a sugestão de nova data de greve na Network Rail, 9 de julho.

Outras 11 operadoras do fragmentado sistema de trens britânico já têm datas de votação de indicação de greve até 11 de julho. A Network Rail está oferecendo 3% – na prática, com a maior inflação em décadas, uma redução de salário.

ARROCHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

De acordo com o jornal Times, de Londres, o governo Johnson está intransigente em manter o arrocho salarial sobre os servidores públicos, com o Tesouro determinando aos ministros que "quaisquer aumentos salariais para funcionários do setor público devem vir de seus orçamentos existentes", o que significa que qualquer financiamento extra implicará em cortes de gastos. "Isso define um aumento salarial máximo em todo o setor público de apenas 3% já orçados – um corte de fato de mais de 10% até o outono devido à inflação".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

"Fora bases da OTAN", exige multidão nas ruas de Madri

(Vídeo)

Manifestantes denunciaram que a "Otan é obstáculo para a paz no planeta"

Erguendo bandeiras da Espanha e faixas proclamando "Não à Otan", dezenas de milhares desfilaram pelas ruas da capital espanhola

Aos brados de "Não à OTAN" e "Fora as bases da OTAN", dezenas de milhares de pessoas repudiaram no domingo (26) nas ruas de Madri a cúpula da aliança belicista a soldo dos EUA, que será realizada a partir de quarta-feira na Espanha.

Os manifestantes marcharam ao longo do Paseo del Prado Boulevard carregando bandeiras espanholas modernas e da antiga República Espanhola, assim como estandartes de partidos progressistas – comunistas, Esquerda Unida e Unidas Podemos, além de faixas pela paz. Delegações de outros países também se fizeram presentes: comunistas gregos, que vêm exigindo o fim das bases norte-americanas no país e têm rechaçado o envio por solo grego de armas ao conflito na Ucrânia. Também sul-coreanos, que portavam faixas com os dizeres "Dissolva a OTAN, um veículo de guerra imperialista!" e "Oponham-se à adesão da Coreia do Sul à OTAN!"

A assim chamada 'contra-cúpula' instou a resolver os conflitos por meios pacíficos e diplomáticos e sublinhou a necessidade de uma desescalada militar e da contenção dos gastos militares, cujo aumento corta recursos imprescindíveis à saúde, à educação, à aposentadoria e ao combate à crise ambiental.

"OBSTÁCULO À PAZ"

Os participantes apontaram que a OTAN "é um obstáculo à paz". Declaração divulgada pelos organizadores advertiu que a OTAN certificou que está se dispondo a intervir no planeta inteiro "fora dos mandatos imperativos da Carta das Nações Unidas, como fez na Iugoslávia, Afeganistão, Iraque ou Líbia".

Historicamente, a OTAN foi constituída para "manter os americanos dentro [da Europa Ocidental]; os russos, fora; e os alemães, por baixo", mas após o fim da União Soviética enfiou-se nas aventuras dos EUA fora da área do "Atlântico Norte", que lhe dá o nome, como no caso da ocupação do Afeganistão.

INTERFERÊNCIA

Segundo a mídia, será uma cúpula "histórica", que irá aprovar um "novo conceito estratégico" – o que é visto como a reiteração da interferência na região do Pacífico, tendo a China como alvo, e uma política de exacerbação das agressões e provocações contra a Rússia.

A OTAN, depois de se recusar a discutir com a Rússia a restauração na Europa do princípio da "segurança coletiva e indivisível", o fim da "expansão a leste" e a volta às linhas de 1997, vem travando uma guerra por procuração com a Rússia na Ucrânia, estimulou Suécia e Finlândia a abandonarem a tradicional política de neutralidade e, pela primeira vez, o Japão participará como convidado.

Também há chamados a "uma OTAN global" ou a criar outras 'OTANS' – no "Oriente Médio" ou no "IndoPacífico".

Artigos recentes de think tanks norte-americanos andaram ressuscitando ideias de jerico, como a de "descolonizar a Rússia"- isto é, desmembrar o país -; da "guerra nuclear limitada" na Europa; e que "é possível vencer uma guerra nuclear".

Quanto mais decadente fica o "país excepcional" e seu mundo unipolar, mais agressivas são as emanações que provêm de Washington.

O chefe do regime de Kiev, Volodymyr Zelensky, também irá dirigir mensagem à cúpula da OTAN por videoconferência, embora não tenha boas notícias a informar aos patronos.

Levante no Equador obriga governo a reduzir o preço dos combustíveis

Veronica Lombeida/AFP

Levas de manifestantes chegam à capital Quito

O presidente do Equador, Guillermo Lasso anunciou a redução dos preços dos combustíveis, conforme reivindicam os manifestantes que paralisam o país desde o dia 13 de junho.

"O preço da gasolina vai baixar dez centavos de dólar (cerca de R$ 0,52) por galão [3,78 litros], e o preço do diesel também vai baixar dez centavos por galão", declarou Lasso, que busca se livrar de um processo de impeachment em tramitação na Assembleia Nacional. Com a economia do país dolarizada, a gasolina extra passaria agora a custar US$ 2,45 por galão, enquanto o do diesel iria a US$ 1,80, ambos muito acima do pretendido pelos movimentos.

Os altos preços dos combustíveis e dos alimentos, o desemprego em massa, a falta de recursos para saúde, e a violenta queda na renda alimentar são alguns dos graves pontos que abastecem a onda de protestos. Desesperado, as tropas governamentais atacaram covardemente até mesmo a Casa da Cultura do Equador, retomada pelos movimentos na noite desta sexta-feira (24), e despejaram bombas de gás lacrimogêneo ao redor da creche da Universidade Central que abrigava 200 filhos de manifestantes. De nada adiantou.

Diante da decisão do dirigente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), Leônidas Iza, de manter a mobilização, transformada em pedido de impeachment pelos parlamentares, Lasso recuou e flexibilizou as medidas repressivas, anunciando o subsídio para fertilizantes e perdão de dívidas.

O problema é que o levantamento realizado pela Aliança de Organizações para os Direitos Humanos, que reúne 15 grupos, apontou que até a quinta-feira (23) a brutal repressão do presidente banqueiro contra os movimentos sociais – particularmente contra os indígenas – já havia matado cinco manifestantes, deixado cinco desaparecidos, 166 feridos e 108 detidos. Um verdadeiro banho de sangue para o qual foram jogados gás lacrimogêneo e granadas sonoras e tiros que levaram jovens a perda parcial de visão.

Até o fechamento desta edição a Assembleia Nacional ainda não havia deliberado sobre a continuidade ou não do mandato do presidente, para a qual é necessária uma maioria de dois terços, equivalente a 92 dos 137 legisladores. Uma vez aprovado o impeachment, o vice-presidente Alfredo Borrero assumiria o comando e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), tendo sete dias para convocar eleições presidenciais e legislativas.

Enquanto isso, como reconhece o próprio governo, "a produção de petróleo está em níveis críticos" devido ao crescimento vertiginoso dos protestos.

Regime de Kiev confisca os bens do maior partido da oposição ucraniana

Dmitry Astakhov/Tass

Medvedchuk, presidente do OPPL, está preso

O regime de Zelensky acaba de confiscar os bens do maior partido de oposição ucraniano, o Partido de Oposição –Pela Vida (OPPL), no ato de sua cassação. O partido já havia tido atividades suspensas desde o início da operação especial russa para desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia.

Assim, já são 10 os partidos cassados por Kiev, com o arremedo de democracia em vigor desde o golpe de Estado de 2014 cada vez mais evidenciando uma ditadura pró-Otan, russófoba e cheia de neonazis, a soldo de Washington e dos oligarcas ladrões ucranianos.

Outros partidos já haviam sido cassados antes, como o Partido Comunista ucraniano, em 2015, assim como outras legendas socialistas e de oposição.

O OPPL era a maior legenda de oposição da Ucrânia e o segundo maior partido do país. Em 2019, ganhou 13% dos votos em uma eleição parlamentar. Em 2021, pesquisas indicaram que sua popularidade era mais alta que o partido "Servo do Povo", de Zelensky.

A cassação foi feita com uso de uma folha de parreira legal, uma 'lei' aprovada pelo parlamento entupido de neonazis e carimbada por um tribunal de Lviv. Pela 'lei', qualquer um que defender uma saída negociada para a crise ou não chamar de "terroristas" aos insurretos do Donbass, é banido como "amigo de russos".

O líder do OPPL, o ex-deputado Viktor Medvedchuk, que era contra a anexação do país pela Otan e defendia os acordos de Minsk com o Donbass e melhores relações com a Rússia, estava sob prisão domiciliar desde maio de 2021 por "traição" e teve seu canal de tevê confiscado. No dia 12 de abril último, ele foi exibido pelo SBU (o serviço de segurança interna ucraniano) preso e algemado.

Na semana passada, já haviam sido cassados em julgamentos feitos a portas fechadas, sem presença de jornalistas ou representantes da sociedade, os partidos Oposição de Esquerda; Sharia; Socialista; "Nashi" ["Nosso"]; Bloco Vladimir Saldo; Partido do Estado; Justiça e Desenvolvimento; e Bloco de Oposição.

Seguem atuando sem restrições partidos neonazis como Svoboda, Setor Direita e Corpo Nacional, este, a parte "institucional" do Batalhão Azov. Além das tradicionais legendas de aluguel em posse dos bilionários que assaltaram o patrimônio público ucraniano após o fim da União Soviética.

51 dos 55 países africanos boicotam conferência com Zelensky, marcada sob pressão de Washington

Apesar das pressões dos EUA e da União Europeia, foi um fiasco a videoconferência do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky com os países da União Africana, destinada a destilar russofobia e apego à Otan, com a presença de apenas 4 representantes dentre os 55 países africanos.

O boicote aconteceu na segunda-feira (20), sendo que o regime de Kiev vinha tentando realizá-la desde abril segundo o jornal francês Le Monde, mas até agora os países africanos vinham barrigando o incômodo e nada bem-vindo encontro.

O portal The África Report identificou líderes presentes: Alassane Ouattara, presidente da Costa do Marfim; e Denis Sassou Nguesso, presidente do Congo, além de Mohamed al-Menfi, chefe do Conselho Presidencial da Líbia, que não chega a ser uma representação nacional, mas de parte da nação dividida desde a agressão ao país por Washington.

O presidente do Senegal – e da União Africana -, Macky Sall, que no início do mês foi a Moscou se reunir com Putin, estava presente, como se diz, por ossos do ofício. Assim como o atual presidente da Comissão da UA e ex-primeiro-ministro do Chade, Moussa Mahamat. Ao visitar Moscou, acompanhado de Mahamat, o presidente Sall havia assinalado suas "grandes esperanças na cooperação bilateral entre a Rússia e o continente africano" e rechaçado as sanções a grãos e fertilizantes russos. Quase todos os países africanos se recusam a aplicar as sanções contra Rússia decretadas por Washington e Bruxelas, recusa também vista quando os países ocidentais puseram em votação na ONU condenação da Rússia pelo conflito na Ucrânia.

Em março, o ex-presidente do Benin, Lionel Zinsou, expressou como os africanos se sentem sobre tais pressões contra a Rússia: "Agora todos nós só ouvimos falar desta crise, sanções anti-Rússia, petróleo, gás… Você entende o que esta crise significa, por exemplo, para a África? A Rússia nos fornece grãos e milho. Toda a logística passa pelo Mar Negro. E o mundo africano congelou de horror com o que estava acontecendo. Aterrorizado com as ações dos EUA e da União Européia".

"Você não compra africanos com histórias sobre democracia. Estes são apenas seus contos de fadas para consumo interno. A maioria da elite africana foi formada na União Soviética – médicos, engenheiros, pilotos, professores, cientistas. Os russos foram os únicos europeus que descolonizaram a África. E a África se lembra disso. Assim como a África se lembra das atrocidades europeias", acrescentou Zinsou.

"Se você notar, os países africanos não apoiaram a resolução da ONU condenando a Rússia. E nunca apoiarão nenhuma resolução contra Rússia. Isso está embutido na espinha dorsal de todo africano: a Rússia é boa, não importa o que você pense sobre isso", destacou ainda o ex-presidente.

'CPI' apurou que Trump pediu para que lhe 'conseguissem' 11.780 votos (vídeo)

'CPI' da invasão do Capitólio reúne novas evidências contra Trump

Novos depoimentos ao comitê da Câmara dos EUA de investigação da invasão do Capitólio em 6 de janeiro vêm reforçando a percepção de que o então presidente Donald Trump, derrotado nas urnas, agiu para virar a mesa, fraudar o resultado da eleição de 2020, violar a Constituição e se proclamar 'reeleito'. "Nossa democracia chegou perigosamente perto da catástrofe", afirmou o presidente do comitê, o deputado democrata Bennie Thompson.

Ele alertou que o perigo "ainda não foi embora" e segue "corrompendo nossas instituições democráticas". De acordo com os integrantes da 'CPI', já há evidências suficientes para o Departamento de Justiça considerar uma acusação criminal sem precedentes contra o ex -presidente Trump por tentar anular os resultados das eleições de 2020.

Nas audiências anteriores, ficou patente o papel de Trump na convocação da marcha a Washington e seu direcionamento contra o Capitólio, em conluio com supremacistas, negacionistas e haters, ao mesmo tempo em que o Congresso e o próprio vice-presidente, Mike Pence, ficavam entregues à própria sorte por horas, com a cumplicidade de operadores trumpistas no Pentágono.

Mesmo após a horda ser retirada do Capitólio pela Guarda Nacional, 147 congressistas republicanos – entre deputados e senadores – se mantiveram fiéis ao enredo golpista, votando contra a certificação da vitória de Biden.

Analistas apontam que o pedido de Trump ao responsável pelo processo eleitoral no estado da Geórgia, o secretário de Estado Brad Raffensperger, por telefone, para que arrumasse "11.879 +1" votos para favorecê-lo no colégio eleitoral – Biden saíra vencedor – pode se tornar uma "arma fumegante" que possibilite indiciar criminalmente o bilionário pela tentativa de golpe. Uma gravação dessa "conversa" já veio a público através do New York Times e do Washington Post.

"Uma estaca foi colocada no coração da democracia americana em 6 de janeiro de 2021, e nossa democracia hoje está no fio da navalha", afirmou à 'CPI' o juiz federal aposentado Michael Luttig, um republicano conservador e conselheiro informal do vice-presidente Pence.

"Na verdade, 6 de janeiro foi uma guerra irresponsavelmente instigada e processada pelo ex-presidente, seus aliados de partidos políticos e seus apoiadores", acrescentou.

Se a 'proclamação' da 'reeleição' de Trump tivesse prosperado, assinalou Luttig, os EUA teriam mergulhado "na primeira crise constitucional desde a fundação da república".

"Aqueles que pensam que porque a América é uma república, roubo e corrupção de nossas eleições nacionais e processo eleitoral não são roubo e corrupção de nossa democracia estão muito enganados.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Rússia é o maior exportador de petróleo para a China

Com as sanções impostas pelos Estados Unidos e seguidas pelos países europeus contra a Rússia, a China passou a reforçar o comércio com o país aliado, consolidando uma aliança estratégica.

Segundo um relatório da Administração Geral de Alfândegas da China, publicado pela Reuters, a importação chinesa do petróleo russo subiu 25% em um mês e fez com que a Rússia virasse seu principal fornecedor, à frente da Arábia Saudita.

Em maio, a Rússia exportou quase 8,42 milhões de toneladas de petróleo para a China, o que significa 1,98 milhão de barris por dia. O petróleo foi transportado por navios e por oleodutos.

Ao mesmo tempo, as importações vindas da Arábia Saudita caíram de 2,17 milhões de barris por dia, em abril, para 1,84 milhão de barris por dia.

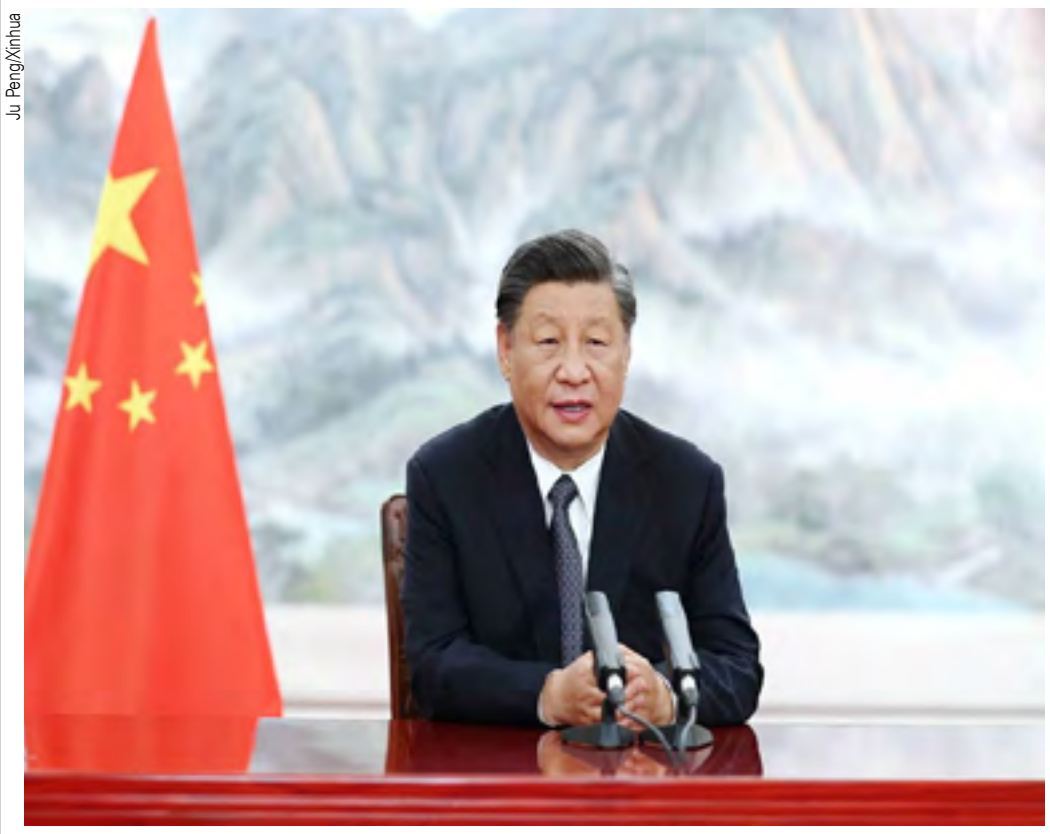
Mesmo com a queda na demanda chinesa por petróleo nos últimos meses, devido à política de combate ao coronavírus, as importações em maio de 2022 foram 12% superiores ao mesmo mês do ano anterior.

A Rússia está oferecendo grandes descontos, entre 20% e 30%, em relação ao preço no mercado internacional, para o seu petróleo. Dessa forma, conseguiu driblar as sanções dos Estados Unidos e outros países ocidentais. As vendas de petróleo também subiram para a Índia.

Em maio, a Rússia passou a ser o segundo maior fornecedor de petróleo para a Índia – novamente desbancando a Arábia Saudita-, vendendo cerca de 819 mil barris de petróleo por dia. O maior exportador para a Índia é o Iraque.

A Índia também elevou sua importação de carvão russo. Nas últimas semanas, a importação foi 31 vezes maior do que no mesmo período de 2021, significando um comércio de US$ 2,2 bilhões.

Xi exorta BRICS a inaugurar nova era de desenvolvimento mundial



Ju Peng/Xinhua

Xi Jinping criticou os que "impõem sanções e provocam divisões e confrontos"

O presidente chinês convocou os BRICS a "promoverem juntos o desenvolvimento global, com grande solidariedade e motivação"

No Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global, realizado como desdobramento da 14ª Cúpula dos BRICS em formato digital na sexta-feira (24), o presidente chinês e anfitrião Xi Jinping convocou a "juntos promover o desenvolvimento global com grande solidariedade e motivação", que tenha como paradigma apresentar "benefício para todos, equilíbrio, coordenação, inclusividade, cooperação de ganhos compartilhados e prosperidade comum".

O presidente Xi alertou ainda que "alguns países politizam e marginalizam o tema do desenvolvimento, constroem um 'pequeno quintal com muros altos', impõem sanções máximas e provocam deliberadamente divisões e confrontos", ao mesmo tempo em que "a vontade pela paz, desenvolvimento e cooperação dos povos de todos os países está ainda mais forte, os mercados emergentes e países em desenvolvimento estão mais determinados em realizar o fortalecimento mediante união".

Os BRICS – bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, em sua cúpula realizada nos dias 23 e 24, se comprometeram, na Declaração de Pequim, com o multilateralismo; a governança global mais inclusiva e representativa e participativa; o direito internacional e o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. Seus integrantes representam 40% da população mundial, respondem por 25% da economia global e 18% do comércio mundial e contribuem com 50% para o crescimento econômico mundial.

Nenhuma das nações do BRICS se juntou aos países ocidentais nas sanções econômicas contra a Rússia, deixando claro que a solução do conflito na Ucrânia deve passar por um processo negociado e não por sanções.

Por videoconferência, presidida este ano pela China, desde Pequim, manifestaram-se o presidente russo Vladimir Putin, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, o presidente brasileiro e o sul -africano Cyril Ramaphosa.

Na abertura da cúpula, Xi enfatizou que "nos últimos 16 anos, o grande navio do BRICS vem singrando as ondas com tenacidade, apesar das torrentes e tempestades, e tem embarcado em uma rota correta de apoio mútuo e cooperação de ganhos compartilhados" e conclamou a "enxergar um futuro compartilhado para a parceria de alta qualidade mais abrangente, estreita, prática e inclusiva e embarcar juntos em uma nova jornada da cooperação do BRICS".

Após advertir que "estamos em uma encruzilhada histórica", presidente chinês lembrou que o mundo "ainda está à sombra da mentalidade da Guerra Fria e política do poder", com alguns países pretendendo buscar segurança absoluta "com a expansão de alianças militares", provocando confronto em bloco "por forçar de maneira coerciva os outros a tomarem partido", e procurando supremacia "à custa dos direitos e interesses dos outros".

"É importante que os países do BRICS apoiem um ao outro nas questões relativas aos seus interesses fundamentais, pratiquem o verdadeiro multilateralismo, salvaguardem justiça, equidade e solidariedade, e rejeitem hegemonia, bullying e divisão".

Como convidados – na perspectiva de ampliação do bloco, dentro da concepção 'BRICS Plus' -, também participaram Argélia, Argentina, Egito, Indonésia, Irã, Cazaquistão, Senegal e Uzbequistão. Alberto Fernández, presidente argentino, oficializou o pedido de ingresso de seu país nos BRICS.

Abaixo, a íntegra, o discurso de Xi Jinping

"O desenvolvimento é um tema intemporal para a humanidade. No final da década de 1960, eu trabalhava como camponês em uma pequena aldeia do Planalto de Loess. Experimentava pessoalmente a dificuldade dos trabalhos no campo, e vi o quão difícil as pessoas locais lutavam para sobreviver. O anseio delas por uma vida melhor fica sempre na minha mente. Visitei a aldeia de novo meio século depois, dessa vez reparei que as preocupações delas com alimentos e roupas já foram substituídas por sorrisos felizes.

Como diz um antigo ditado chinês, "Só quando têm celeiro cheio e são bem alimentadas e bem vestidas, as pessoas têm o luxo de pensar em cortesia, honra e vergonha". Ao longo dos anos, fui a muitas cidades e aldeias da China e visitei vários países do mundo. Tenho uma profunda impressão de que só com o desenvolvimento contínuo é que se realiza o sonho dos povos por uma vida melhor e uma sociedade estável.

Ao longo do tempo, os países em desenvolvimento têm feito esforços incessantes para explorar caminhos de desenvolvimento correspondentes às realidades nacionais e para realizar o desenvolvimento sócio-econômico. Os esforços já produziram resultados significativos. Os mercados emergentes e países em desenvolvimento já representam metade da economia global e apresentam progressos notáveis em ciência e tecnologia, educação, desenvolvimento social, cultura, entre outras áreas.

No momento, a COVID-19 está erodindo os frutos do desenvolvimento acumulados durante décadas, a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável está enfrentando dificuldades, o fosso de desenvolvimento entre o Norte e o Sul continua alargando-se e as crises de segurança alimentar e energética estão surgindo. Alguns países politizam e marginalizam o tema do desenvolvimento, constroem um "pequeno quintal com muros altos", impõem sanções máximas e provocam deliberadamente divisões e confrontos.

COOPERAÇÃO E PAZ

Ao mesmo tempo, a vontade pela paz, desenvolvimento e cooperação dos povos de todos os países está ainda mais forte, os mercados emergentes e países em desenvolvimento estão mais determinados em realizar o fortalecimento mediante união, e a nova rodada da revolução científica e tecnológica e da transformação industrial traz mais oportunidades para todos os países.

É uma era cheia de desafios, mas também uma era repleta de esperanças. Precisamos agarrar a grande tendência do desenvolvimento do mundo, consolidar a confiança, tomar as ações, e juntos promover o desenvolvimento global com grande solidariedade e motivação, para formar em conjunto um paradigma de desenvolvimento caraterizado por benefício para todos, equilíbrio, coordenação, inclusividade, cooperação de ganhos compartilhados e prosperidade comum.

Primeiro, precisamos construir juntos consensos internacionais para a promoção do desenvolvimento. Só quando todos os povos vivem uma vida melhor, é que a prosperidade pode ser sustentada, a segurança pode ser garantida e os direitos humanos podem ser solidamente fundados. É importante colocarmos o desenvolvimento em uma posição priorizada e central na agenda internacional, implementarmos a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e formarmos consensos políticos de que todos valorizam o desenvolvimento e juntos buscam a cooperação.

Segundo, precisamos criar juntos um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento. As ações protecionistas são como bumerangues que virarão contra quem as praticam [...]L

Leia a íntegra no site do HP

Sergey Glazyev propõe união de Ásia e África contra agressões imperialistas

Temos o prazer de publicar o importante discurso feito pelo economista Sergey Glazyev, membro da Academia Russa de Ciências e ex-assessor do Kremlin de 2012 a 2019, hoje Ministro Encarregado da Integração e Macroeconomia da União Econômica da Eurásia (EAEU), no Fórum Econômico Internacional de S. Petersburgo, onde ele aponta as vantagens mútuas da aproximação entre a União Eurasiática e o continente africano.

"Tal como os países da África, temos enfrentado constantemente a agressão do Ocidente ao longo da nossa história secular, o qual mesmo agora, no século XXI, continua a empenhar-se no tráfico de seres humanos, tenta explorar outros países e deles extorquir superlucros", destacou o economista do Kremlin.

"(...) Temos uma vasta experiência de cooperação entre a União Soviética e o continente africano, durante a qual muitas empresas foram construídas, infraestruturas foram desenvolvidas, e pessoal foi formado", prosseguiu o estudioso russo. Confira a íntegra de sua intervenção no fórum.

A PERSPECTIVA AFRICANA

SERGEY GLAZYEV [*]

Na Comissão Eurasiana, consideramos a cooperação com a África como uma das áreas importantes, promissoras e prioritárias. Há dois anos, foram estabelecidas relações formais com a União Africana e estamos trabalhando num plano de ação conjunto. Como acontece frequentemente nas relações entre estruturas burocráticas, desde as nossas grandes organizações interestatais até projetos de investimento específicos, a iniciativas empresariais específicas, existe uma enorme distância.

Portanto, sentimos plenamente a necessidade de intensificar a nossa interação. Com este objetivo, as relações com a União Africana são complementadas pelo desenvolvimento da cooperação com países individuais, bem como com associações sub-regionais e pelo estímulo a contatos mais direcionados com os nossos parceiros africanos.

Na verdade, não só temos enormes oportunidades de cooperação, como parece que os nossos problemas comuns são hoje bastante agudos, o que torna estas oportunidades de convergência das nossas economias mais relevantes, mais promissoras e mais absorventes.

Acima de tudo, como se diz nos negócios, temos um bom historial de crédito. Podemos não ter feito muito e o volume de negócios não é tão grande, mas as nossas relações não são ensombradas por quaisquer conflitos. Temos uma vasta experiência de cooperação entre a União Soviética e o continente africano, durante a qual muitas empresas foram construídas, infraestruturas foram desenvolvidas, e pessoal foi formado. Portanto, facilmente encontramos uma linguagem comum com os nossos parceiros africanos, e esta história positiva de crédito de confiança vale muito hoje em dia.

Tal como os países da África, temos enfrentado constantemente a agressão do Ocidente ao longo da nossa história secular, o qual mesmo agora, no século XXI, continua a empenhar-se no tráfico de seres humanos, tenta explorar outros países e deles extorquir superlucros. Temos uma atitude completamente diferente em relação à parceria e cooperação e na guerra híbrida que o mundo ocidental está atualmente a travar contra toda a humanidade, temos interesses comuns com os países africanos, estamos na mesma linha da frente, não há dúvida quanto a isso. E para sobreviver a esta guerra, precisamos de reforçar os nossos laços econômicos, precisamos criar condições para a divulgação das nossas vantagens competitivas comuns.

Já foi aqui mencionada a importância de mudar o comércio para divisas nacionais. Agora estamos trabalhando na União Econômica Eurasiática para criar um espaço de intercâmbio comum, juntamente com parceiros asiáticos e africanos, nós realmente dominamos a produção de bens transacionáveis comercialmente. E se criássemos um espaço de intercâmbio comum que unisse a União Eurasiática, os países asiáticos e o continente africano, então penso que poderíamos nivelar os termos de comércio e intercâmbio econômico com os países ocidentais, torná-los mais eficientes, mais justos e juntos formar uma nova ordem econômica mundial baseada no cumprimento do direito internacional, incluindo o respeito pela soberania nacional de todos os países do mundo.

Convido-vos a desenvolver a cooperação na criação desta nova arquitetura monetária, financeira, comercial e econômica. Acabamos de discutir este tema com os nossos colegas dos países da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) e da ASEAN. Penso que precisamos fazer este trabalho em conjunto.

(*) Membro da Academia Russa de Ciências e ex-assessor do Kremlin de 2012 a 2019, hoje Ministro Encarregado da Integração e Macroeconomia da União Econômica da Eurásia (EAEU)

Governo búlgaro cai em meio à crise gerada pela submissão a sanções de Washington contra Rússia

O governo da Bulgária, comandado pelo primeiro-ministro neoliberal Kiril Petkov, caiu nesta quarta-feira (22). O partido Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária (GERB), liderado pelo ex-primeiro-ministro Boyko Borissov, na oposição, fez a proposta, uma moção de censura pelo parlamento.

Borissov denuncia "o fracasso da política econômica e financeira do governo", em um contexto de forte aumento de preços e desemprego.

O texto foi aprovado por 123 deputados de um total de 240 cadeiras, informou o vice-presidente do parlamento, Miroslav Ivanov. A mídia búlgara descreveu o ocorrido como o primeiro voto de desconfiança bem-sucedido na história moderna do país. A Bulgária tem 6,5 milhões de habitantes e é, no atual momento, o país mais pobre da União Europeia.

Após a votação, Petkov, que se formou na Universidade de Harvard, nos EUA, tentou abafar o fracasso de sua política acusando o principal partido da oposição que apoiou a moção, o Revival, de ser um canal para "interesses russos" e o vice-líder do partido GERB, Daniel Mitov, denunciou que a tentativa de Petkov de culpar a Rússia pela lamentável situação do país foi apenas "um jeito de procurar um álibi" para sua queda.

O voto de desconfiança foi tecnicamente causado quando o partido Este Povo Existe (ITN), liderado pelo ex-apresentador de TV, Slavi Trifonov, se afastou da coalizão governante de Petkov devido a disposição do governo de apoiar a tentativa da vizinha Macedônia do Norte de ingressar na União Europeia, atendendo a pressão dos Estados Unidos.

A ruptura na coalizão governante ocorreu em meio a crescentes dificuldades econômicas, aprofundadas pela postura russofóbica de Petkov que levou a Bulgária a ter 90% de seu fornecimento de gás natural cortado.

Apesar de sua forte dependência da energia russa, o governo rechaçou o pedido do Kremlin de abrir uma conta em rublos para pagar o gás e, como resultado, sofreu um corte nas entregas.

O presidente Rumen Radev tem direito a três tentativas de nomear um novo governo. Se todas falharem, ele terá que dissolver o parlamento e convocar uma nova eleição geral – a quarta desde abril de 2021.

Leia mais no site da Hora do Povo

A Semana de 22, a literatura nacional e a revolução brasileira - parte (2)

Continuação da edição anterior

Mário de Andrade, nos artigos de 1942, está plenamente consciente de que a Semana fora patrocinada pela "aristocracia" (isto é, a oligarquia cafeeira), mas não pela burguesia. E, mais, que a "aristocracia" que sustentara a semana era uma fração de classe tão decadente que já deixara de ser "funcional"

CARLOS LOPES

HP ESPECIAL

O escritor, poeta e musicista Mário de Andrade

Esse apego a Alencar é muito pouco próprio do modernismo, em especial de seu patrocinador financeiro e ideológico, Paulo Prado – a quem Mário de Andrade, por sinal, dedicou **Macunaíma** -, que detestava o romantismo. Revela, em Mário, uma identificação com o Brasil, bem além da estreita (e suposta) identificação com São Paulo, que era própria de Prado.

Podemos discutir – como fez o próprio Mário (e, aliás, o próprio Alencar) – a questão da "plataforma para a criação de uma língua nacional". Nenhum dos dois foi tão longe, mas Cavalcanti Proença não está negando que ambos escreveram em português, como explicitamente afirmaram. Uma "plataforma" não é sua realização – é apenas um projeto, algo para o futuro a partir da libertação progressiva de laços passados. Além disso, a "língua nacional" pode ser o português, contanto que seja o português do Brasil.

Entretanto, há um pressuposto na colocação de Proença, aliás, bastante comum em alguns artigos: a de que o romantismo e o modernismo foram os dois movimentos artísticos com fundo nacionalista que tivemos.

Do ponto de vista da nossa perspectiva, após a Revolução de 30, isso é sustentável?

Quanto ao romantismo, temos o que foi estabelecido pelo grande crítico da época, Machado de Assis, em seus artigos "**O passado, o presente e o futuro da literatura**" (1858) e "**Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade**" (1873). Parece-nos indubitável o seu fundo nacionalista, mesmo sob o ângulo atual.

Mas, de que nacionalismo podemos falar na época da República Velha, em que o modernismo paulista surgiu, em 1917, com a exposição de Anita Malfatti?

Havia o malfadado ufanismo, que tomara o nome da obra de uma viúva do Império, o conde Afonso Celso, que a república oligárquica, infelizmente, entronizara, após a morte de Rio Branco, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Ao mesmo tempo, havia outro nacionalismo, que era, precisamente, o ataque ao ufanismo, a essa espécie de cegueira cultivada pela oligarquia cafeeira em relação aos males do país – ataque cuja maior expressão literária seria o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, em seu primeiro livro, "**Urupês**" (1918), posto em evidência por Rui Barbosa.

Trata-se de um nacionalismo aparentado com aquele dos tenentes que, em 1922, mesmo ano da Semana de Arte Moderna, farão sua entrada na História nacional, com a Revolta do Forte de Copacabana.

Mas o modernismo de 1922 passará ao largo desse nacionalismo – seja o de Lobato, seja o dos tenentes.

Mário é honesto sobre a questão. Mesmo muito tempo depois, respondendo a Joel Silveira, em 1939, disse, literalmente, que não se considerava nacionalista. Vejamos a pergunta e a resposta:

– Nota-se sempre em seus livros a presença do Brasil. Considera-se um nacionalista convicto?

Não. Apesar de minha orientação nacional, não sou um "nacionalista" no sentido apologista desta palavra. Considero-me um cidadão do mundo, e se trabalho a coisa brasileira, é pelo interesse humano que isso tem.

De resto, somente um pequeno contato com as minhas obras, me demonstra muito mais marcado pelo tropicalismo que propriamente pelo nacionalismo.

Nos artigos que escreveu, em 1942, para o jornal "O Estado de S. Paulo", por ocasião dos 20 anos da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade afirmaria: "***o autor verdadeiro da Semana de Arte Moderna foi Paulo Prado***".

Não haveria patrono mais antinacional possível – exceto se fosse algum estrangeiro.

Paulo Prado, filho mais velho do Conselheiro Antonio Prado, era o suprassumo da oligarquia cafeeira. Como intelectual, sua obra mais notória foi "**Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira**", um livro muito preconceituoso sobre o Brasil, apesar de bastante badalado, inclusive nos últimos anos.

Por exemplo, em seu livro, Prado leva a sério as veleidades histórico-raciais de Martius em "**Como se deve escrever a história do Brasil**", já desmoralizadas por Sílvio Romero desde o início do século XX, e segue esse caminho:

"Martius foi o primeiro a assinalar o papel do negro na nossa formação racial, e assim tocou no problema mais **angustioso** dessa evolução.

(…)

"A **hiperestesia sexual**, que vimos no correr deste ensaio, ser traço tão peculiar ao desenvolvimento étnico da nossa terra, evitou a segregação do elemento africano, como se deu nos Estados Unidos dominados pelos preconceitos das antipatias raciais. Aqui a **luxúria** e o **desleixo social** aproximaram e reuniram as raças. Nada e ninguém repeliu o novo afluxo de sangue. Salvo uma ou outra objeção aristocrática, que já não existe, o amálgama se fez livremente, pelos acasos sexuais dos ajuntamentos, **sem nenhuma repugnância** física ou moral. Repetiu-se o que já acontecera com o índio cruzado com o europeu adventício na poliginia dos primitivos povoamentos. Pelo contrário, tornou-se lendária a sedução da negra e da mulata para o colono português.

(…)

"Afastada a questão de desigualdade, resta na transformação biológica dos elementos étnicos, **o problema da mestiçagem**. Os americanos do Norte costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro, **mas que o diabo fez o mulato**. É o ponto mais sensível do caso brasileiro. O que se chama a arianização do habitante do Brasil é um fato de observação diária. Já com 1/8 de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo: é o fenômeno do 'passing', dos Estados Unidos. E assim na cruza contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a **falsa aparência** de ariano puro.

"Etnologicamente falando, que influência pode ter no futuro essa mistura de raças? (…) A mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita. Na África do Sul Eugen Fischer chegou a conclusões interessantes: a hibridação entre boers e hotentotes criou uma raça mista, antes uma mistura de raças, com os característicos dos seus componentes desenvolvendo-se nas mais variadas cambiantes. Tem no entanto um defeito persistente: falta de energia, levada ao extremo de uma profunda indolência. No Brasil, não temos ainda perspectiva suficiente para um juízo imparcial. A arianização aparente eliminou as diferenças somáticas e psíquicas: já não se sabe mais quem é branco e quem é preto.(…)

"O mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral. **Por outro lado, as populações oferecem tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra a doença e os vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças**. Na sua complexidade o problema estado-unidense não tem solução, dizem os cientistas americanos, a não ser que se recorra à esterilização do negro. No Brasil, se há mal, ele está feito, irremediavelmente (…)" (grifos nossos).

Em seguida, finalizando este capítulo – o "Post Scriptum" -, Prado elenca uma longa lista de males do Brasil anterior a 1930, todos eles devido ao domínio de sua classe sobre o país, acabando por propor uma "revolução", como se uma revolução não implicasse, precisamente, como implicou dois anos depois de seu livro, na derrubada do poder da oligarquia de que era expoente.

Mas, desta revolução, Prado não gostará. Tornou-se um dos principais contrarrevolucionários de 1932, depois que Getúlio Vargas acabou com os privilégios da oligarquia cafeeira – isto é, com os empréstimos, pagos por toda a população, para que os cafeicultores não tivessem prejuízos, mesmo quando não conseguiam vender o café. Infelizmente, arrastou Mário de Andrade nessa aventura.

Rescende em todo o seu livro a tristeza de Prado pelo Brasil não ser um país como a Inglaterra, ou talvez a França, ou, ainda, os Estados Unidos. Talvez seja essa a tristeza de que fala o seu título ("**Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira**").

Mário de Andrade, nos artigos de 1942, está plenamente consciente de que a Semana fora patrocinada pela "aristocracia" (isto é, a oligarquia cafeeira), mas não pela burguesia. E, mais, que a "aristocracia" que sustentara a semana era uma fração de classe tão decadente que já deixara de ser "funcional".

Alfredo Bosi, em artigo sobre a conferência de Mário, pronunciada também em 1942, para a Casa do Estudante do Brasil (realizada no auditório do Itamaraty), lembra que não tivemos uma aristocracia pré-mercantil. É verdade, mas, como o próprio Bosi nota em seguida, Mário, independente do termo utilizado, sabe do que está falando – ou seja, sabe distinguir a oligarquia cafeeira da burguesia industrial e da pequena burguesia.

Mas, vejamos como Mário formula a questão nacional. Diz ele:

"*O modernismo no Brasil foi uma ruptura, foi um abandono consciente de princípios e de técnicas, foi uma revolta contra a intelligentsia* ***nacional****. (…) E as modas que revestiram este espírito foram* ***diretamente importadas da Europa***" (grifos nossos).

E, logo em seguida:

"***Quanto a dizer que éramos antinacionalistas, é apenas bobagem ridícula***".

Por que é "bobagem ridícula"?

"*É esquecer todo o movimento regionalista aberto anteriormente pela Revista do Brasil primeira fase, todo o movimento editorial de Monteiro Lobato, a arquitetura e até urbanismo (Dubugras) neocolonial aqui nascidos. Isso sim eram raízes engrossadas desde o início da guerra.* ***Mas o espírito e as modas foram diretamente importados da Europa***" (grifo nosso).

Aqui, Mário, apesar de ressaltar uma ruptura com a intelectualidade **nacional** da época, incorpora correntes anteriores ao modernismo de 22 ao próprio modernismo. Inclusive Monteiro Lobato, o crítico da então musa do movimento, Anita Malfatti, citado aqui como editor, que jamais manifestou respeito pelo modernismo, apesar de sua amizade com Oswald de Andrade (por exemplo, em um de seus artigos anteriores à Revolução de 30, reunidos em "**Na Antevéspera**", Lobato escreve: "*O futurismo apareceu em São Paulo como o fruto da displicência dum rapaz rico e arejado de cérebro: Oswald de Andrade. Turista integral, alternando estadias em Paris com estadias em Ribeirão Preto, leituras de Marinetti e outros com leituras d'O Democrata, de Pilão Arcado, visões de mármores de Mestrovich com santos de olho arregalado feitos na Bahia, apachismos elegantes de boulevard com o mumismo urbano de Marianas e Diamantinas — sentiu melhor do que ninguém a nossa cristalização mental e empreendeu combatê-la. Mas combatê-la como? O velho processo do riso, da sátira, do sarcasmo sempre se revelou inútil entre nós. Dá resultados nos países de cultura disseminada, onde um riso como o de Voltaire se propaga em ondas hilariantes dum extremo do país ao outro. Aqui morre nos lábios de quem o arrepanha, porque a incultura não ondula coisa nenhuma. Mas Oswald, psicólogo de fartos recursos, teve uma ideia genial: recorrer ao processo da atrapalhação*").

Reparemos que, nesta passagem de Mário, ele não se refere a Graça Aranha, que, dos escritores da geração anterior, seria aquele que abriria a Semana de Arte Moderna, mas cuja obra e mentalidade estão longe de qualquer nacionalismo, sobretudo em "**Canaã**", mas também na obra posterior à sua conversão modernista (há uma única menção, nesses artigos, a Graça Aranha, como "exegeta" do "conformismo modernista").

Vejamos como o aristocratismo é coerente com o fim do próprio modernismo de 22. Primeiro, sua caracterização, por Mário:

"*… o movimento renovador era nitidamente aristocrático. Pelo seu caráter de jogo arriscado, pelo seu espírito aventureiro, pelo seu internacionalismo modernista, pelo seu nacionalismo embrabecido, pela gratuidade antipopular, era uma aristocracia do espírito. Era natural que a alta e a pequena burguesia o temessem. Paulo Prado, ao mesmo tempo que um dos expoentes da aristocracia intelectual paulista, era uma das figuras principais da nossa aristocracia tradicional. E foi por tudo isto que ele pôde medir bem o que havia de aventureiro, de exercício do perigo no movimento, e arriscar a sua responsabilidade intelectual e tradicional na aventura.*

"*Se Paulo Prado, com a sua autoridade intelectual e tradicional, abriu a lista das contribuições e arrastou atrás de si os seus pares e… alguns outros que a sua figura dominava, a burguesia protestou e vaiou. Tanto a burguesia de classe como a do espírito.*"

Mas, então, veio a revolução real – e o modernismo, tal como se manifestara desde antes de 1922, passou a não corresponder mais a nenhuma exigência nacional ou social, nem mesmo a dos divertimentos da aristocracia, que patrocinara o movimento:

"*E foi a vez do salão de Tarsila se acabar, 1930… Tudo estourava, políticas, famílias, casais de artistas, estéticas, amizades profundas. O período destrutivo e festeiro do movimento modernista já não tinha mais razão de ser. Na rua o povo amotinado gritava: Getúlio! Getúlio!…*"

A partir daí, as conquistas **nacionais** do modernismo são absorvidas pelo próprio regime que surge da revolução, inclusive pelo Estado Novo, **apesar dos modernistas**. Aliás, é em pleno Estado Novo que Mário de Andrade escreve, nos artigos que estamos citando, de 1942:

"*Quem se revolta mais, quem briga mais contra o politonalismo de um Lourenço Fernandez, contra a arquitetura do Ministério da Educação, contra os versos 'incompreensíveis' de um Murilo Mendes, contra o expressionismo de um Guignard?…Tudo isto são manifestações normais, discutíveis sempre, mas que não causam o menor escândalo público. Pelo contrário, são as próprias forças governamentais que aceitam a realidade de um Portinari, de um Vila Lobos, de um Lins do Rego, de um Almir de Andrade, pondo-os em cheque e no perigo constante das predestinações.*"

Aqueles artistas e autores tinham, portanto, superado o modernismo de 1922 em sua integração à nação, através, inclusive, do Estado nacional

Continua na próxima edição